



**Faculdade de Ciências e Tecnologias**

**Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**O CONTRIBUTO DAS ONGs NA SUSTENTABILIDADE DOS RECURSOS  
MARINHOS EM CABO VERDE**

Mestranda: Sónia Araújo Lopes

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Doutora Maria de Lourdes Silva Gonçalves

Praia, 2019

SÓNIA ARAÚJO LOPES

**O CONTRIBUTO DAS ONGs NA SUSTENTABILIDADE DOS RECURSOS  
MARINHOS EM CABO VERDE**

Dissertação submetida à Faculdade de Ciências  
e Tecnologias da Universidade de Cabo Verde,  
para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Professora Doutora Maria de  
Lourdes Gonçalves

Praia, 2019

## **Agradecimentos**

Sempre em primeiro lugar a Deus que me concedeu sabedoria, força e ânimo para assim chegar a esta etapa.

Ao meu esposo, Kreh, pelo suporte incondicional e companheirismo e à minha família pelo apoio em toda caminhada e suporte.

Este trabalho só foi possível devido ao período de aprendizado que tive no Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Assim, agradeço a todos os colegas e professores com os quais tive contato neste percurso tão gratificante.

Um especial agradecimento à minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria de Lourdes Gonçalves, que aceitou o desafio de trilhar esta jornada junto, partilhando seus conhecimentos e experiências para o desenvolvimento desse trabalho.

Um apreço e agradecimento também ao projeto PADDLE pela ideia de trabalho e, mais precisamente, às investigadoras Maria da Anunciação Mateus Ventura e Helena Maria Gregório Pina Calado pelo apoio e auxílio durante a pesquisa do trabalho, muito obrigada por tudo.

Agradeço a todas as ONGs que se dispuseram em tirar um pouco do seu tempo para responder ao questionário e aos demais técnicos e dirigentes das instituições chaves inquiridas, tiveram um papel decisivo na construção deste trabalho por meio dos aportes de conhecimento e do debate permanente.

Para além das contribuições diretas, outras pessoas foram fundamentais para o resultado deste trabalho, nomeadamente as minhas colegas das ilhas que trabalham na gestão das áreas protegidas. A todos que oraram por mim, me incentivaram, me ajudaram e me orientaram, um agradecimento mais do que especial.

Deus vos ama e eu também.

## Resumo

É válido destacar que o Terceiro Setor surgiu com o propósito de melhorar as falhas admitidas ou não pelos Governos, o qual é merecedor de uma atenção especial do poder público. Assim, este setor abrange entidades mantidas pelo capital privado, suportado muitas vezes pelo poder público de acordo com os interesses de cada uma das organizações, como ONGs, fundações, associações civis e religiosas e unidades assistenciais.

Na Cimeira da Terra que teve lugar em 1992 no Rio de Janeiro, as Nações Unidas encorajaram fortemente as ONGs mostrando a sua importância nas negociações ambientais. Também a Agenda 21 reconheceu o papel significativo que elas desempenham para alcançar o desenvolvimento sustentável, observando que detêm experiências bem estabelecidas e diversificadas nos campos de intervenção, o que será de particular importância para a implementação e revisão para um ambiente saudável e socialmente desenvolvido e responsável. Seguindo a tendência internacional, Cabo Verde também tem apresentado ganhos significativos com relação a intervenção das ONGs em diversos setores, bem como a nível da conservação dos recursos marinhos.

Assim, este trabalho teve como objetivo avaliar o contributo das Organizações Não Governamentais (ONGs) na sustentabilidade dos recursos marinhos em Cabo Verde, fazendo uma caracterização das ONGs que trabalham diretamente ligadas à conservação dos recursos marinhos e identificar os impactos causados pelas atividades e estratégias montadas pelas mesmas. Com vista a alcançar os objetivos traçados, optamos por aplicar o método quantitativo, através de questionários aplicados às ONGs e qualitativo através da técnica Delphi que consiste em buscar obter o consenso de opiniões entre especialistas sobre o tema pesquisado.

Assim, como consideração final destacamos que as ações desenvolvidas pelas ONGs têm servido para a construção de uma nova geração mais consciente dos impactos das atividades menos amigas do ambiente, abordando a necessidade de uma mudança urgente no modo de vida da população, voltada a conservação dos recursos marinhos e seus ecossistemas, como base para a nossa sobrevivência e das gerações futuras. A sustentabilidade é uma construção continua onde as ONGs têm feito a sua parte, não obstante do muito que ainda se tem por fazer e da necessidade de todos darem o seu contributo.

Palavras chaves: ONGs; Conservação Marinha; Políticas de conservação ambiental; Recursos marinhos; sustentabilidade.

## **Abstrat**

It is worth mentioning that the Third Sector came up with the purpose of improving the failures admitted or not by the Governments, which deserves special attention from the public power. Thus, this sector covers entities maintained by private capital, often supported by public power in accordance with the interests of each of the organizations, such as NGOs, foundations, civil and religious associations and welfare units.

At the 1992 Earth Summit in Rio de Janeiro, the United Nations strongly encouraged NGOs to show their importance in environmental negotiations. Agenda 21 also recognized the significant role that NGOs play in achieving sustainable development, noting that they have well-established and diverse experiences in the fields of intervention, which will be of particular importance for implementation and review for a healthy and socially developed and responsible.

Following the international trend, Cape Verde has also presented significant gains in relation to the intervention of NGOs in several sectors in the country and in marine resources conservation terms the rule does not be different.

The objective of this study was to evaluate the contribution of non-governmental organizations (NGOs) to the sustainability of marine resources in Cape Verde, characterizing NGOs that work directly with conservation of marine resources and identify the impacts caused by activities and strategies set up by them. In order to reach the objectives outlined, we chose to apply the quantitative method through questionnaires applied to NGOs and qualitative through the Delphi technique, which consists in seeking to obtain the consensus of opinions among experts on the researched topic.

Therefore, as a final consideration, we emphasize that the actions developed by NGOs have served to build a new generation more aware of the impacts of less environmentally friendly activities, addressing the need for an urgent change in the way of life of the population, focused on the resources conservation and their ecosystems as a basis for our survival and future generations. Sustainability is a continuous construction where NGOs have been doing their part, despite the much that remains to be done and the need for everyone to make their contribution.

**Key words:** NGOs; Marine Conservation; Environmental conservation policies; Marine resources; sustainability.

## Sumário

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	iv
Abstrat .....	v
Índice de figuras.....	vii
Índice de tabelas.....	viii
Lista de abreviaturas .....	ix
<b>INTRODUÇÃO/CONTEXTUALIZAÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>1.1 Problema de pesquisa .....</b>	<b>6</b>
<b>1.2 Objetivo Geral.....</b>	<b>8</b>
<b>1.2.1 Objetivos Específicos: .....</b>	<b>9</b>
<b>1.3 Metodologia .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I - Fundamentação Teórica .....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO II - Historial das ONGs em Cabo Verde .....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO III – Recursos Marinhos em Cabo Verde .....</b>	<b>22</b>
<b>3.1 Políticas de Conservação dos Recursos Marinhos .....</b>	<b>22</b>
<b>3.2 Caracterização dos recursos marinhos em Cabo Verde.....</b>	<b>27</b>
<b>CAPÍTULO IV – Impacto das mudanças climáticas no uso sustentável dos recursos marinhos..</b>	<b>32</b>
<b>CAPÍTULO V –ONGs e sua contribuição para a sustentabilidade dos recursos marinhos em Cabo Verde.....</b>	<b>39</b>
<b>5.1 Identificação das ONGs que atuam no sector marinho em CV .....</b>	<b>39</b>
<b>5.2 Avaliação das estratégias utilizadas pelas ONGs na conservação dos recursos marinhos.</b>	<b>47</b>
<b>5.3 Causas e e consequências da perda da biodiversidade marinha.....</b>	<b>53</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>58</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>62</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>69</b>
<b>Anexo 1 – Questionário para as ONGs que atuam na área da conservação dos recursos marinhos em Cabo Verde.....</b>	<b>69</b>
<b>Anexo 2 – Questionário para os sectores chaves .....</b>	<b>73</b>

## Índice de figuras

Figura 1: Crescimento das ONGs internacionais entre os anos 1850 a 2000. ....	3
Figura 2 - Distribuição global dos impactos acumulativos ambientais .....	34
Figura 3 - Número de espécies abrangidas pelas 12 ONGs que atua na conservação dos recursos marinhos em Cabo Verde.....	44
Figura 4 - Percentagem de ONGs de acordo com as estratégias definidas a nível nacional pelos sucessivos governos .....	48
Figura 5 - ONGs que são do conhecimento dos setores e a sua relevância Nacional.....	51
Figura 6 - Espécies marinhas ameaçadas, conforme registado na Lista Vermelha da UICN (Unidade Internacional para a Conservação da Natureza). (Adaptado de McCauley et al., 2015). .....	54

## Índice de tabelas

Tabela 1: Situação atual da biodiversidade marinha em Cabo Verde .....	28
Tabela 1: Organizações Não Governamentais que têm intervenção direta na conservação dos recursos marinhos em Cabo Verde.....	40



## Lista de abreviaturas

<b>BO</b>	Boletim Oficial
<b>CBD</b>	Convenção sobre a Biodiversidade
<b>CV</b>	Cabo Verde
<b>DGRM</b>	Direção Nacional dos Recursos Marinhos
<b>DNA</b>	Direção Nacional do Ambiente
<b>EA</b>	Economia Azul
<b>FAO</b>	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
<b>GEF/SGP</b>	Programa das Pequenas Subvenções do Fundo Mundial para o Ambiente às Organizações da Sociedade Civil
<b>HLPE</b>	High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition
<b>IMF</b>	Instituição de Microfinanças
<b>INDP</b>	Instituto Nacional para o Desenvolvimento das Pescas
<b>INMG</b>	Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica
<b>IPCC</b>	Intergovernmental Panel on Climate Change
<b>LPI</b>	Índice de Planeta Vivo
<b>ODS</b>	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
<b>OEA</b>	Observatório da Economia Azul
<b>OIT</b>	Organização Internacional do Turismo
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>ONGD</b>	Organização Não Governamental de Desenvolvimento
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>OSCD</b>	Organizações da Sociedade Civil de Desenvolvimento
<b>PEDS</b>	Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>PRAO</b>	Programa Regional das Pescas para África Ocidental
<b>SEEM</b>	Secretariado do Estado da Economia Azul
<b>TEEB</b>	The Economics of Ecosystems and Biodiversity
<b>UICN</b>	União Internacional para a Conservação da Natureza
<b>UNFCC</b>	Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas
<b>WWF</b>	World Wildlife Fund

## INTRODUÇÃO/CONTEXTUALIZAÇÃO

A sociedade pode ser dividida, não de uma forma hierárquica, mas sim de uma forma setorial, tendo-se como base um modelo de organização para cada grupo de atores. Por forma a organizar esta esfera de atores, temos o Primeiro Setor que é composto pelo governo, responsável pelas questões que envolvem a população como um todo, ou seja, que possui fins públicos; o Segundo Setor que é o privado, o qual convergem as questões individuais e o Terceiro Setor que é composta por pessoas privadas, mas com as características de ações voltadas às mesmas destinadas pelo Governo, ou seja, com fins públicos (Getão, 2012).

A partir destas afirmações, percebe-se que o Terceiro Setor não é só beneficiário em termos de responsabilidade e sustentabilidade social, mas também como na vertente econômica, já que representa um valor significativo no Produto Interno Bruto (PIB).

É válido destacar que o Terceiro Setor surgiu com o propósito de melhorar as falhas admitidas ou não pelos Governos, o qual é merecedor de uma atenção especial do poder público. Assim, este setor abrange entidades que são mantidas pelo capital privado, suportadas, muitas vezes, pelo poder público, de acordo com os interesses de cada uma das organizações, como ONGs, fundações, associações civis e religiosas e unidades assistenciais.

A literatura sobre o tema apresenta várias denominações que, de uma maneira geral, se identificam com o terceiro setor: organizações não governamentais, associação não governamental, setor sem fins lucrativos, setor de caridade, setor não lucrativo, economia social, setor voluntário e setor da sociedade civil, dentre outras (Fernandes, 2005; Cabral, 2007). O terceiro setor, reúne assim, tanto instituições filantrópicas que têm a finalidade de prestar serviços aos sectores como saúde e educação, quanto instituições dedicadas à defesa dos direitos de determinados grupos da população, ou relacionadas à proteção ambiental e, ainda experiências de trabalho voluntário e de filantropia empresarial.

O conceito de Organização Não Governamental – ONG teve seu início em 1940, pela Organização das Nações Unidas – ONU, para caracterizar as entidades, da sociedade que atuavam em projetos humanitários ou de interesse público. Sua expansão ocorreu nas décadas de 1960 e 1970, na América Latina, onde se começou a perceber seu importante papel na luta contra os Estados, bem como sua importância na construção de políticas públicas e na implementação de mudanças (Dias, 2003).

As entidades sem fins lucrativos que, nas estruturas sociais modernas, integram o chamado Terceiro Setor, ao lado do Estado (Primeiro setor) e do Mercado (Segundo setor), vêm desempenhando funções de maior relevância na tutela do ambiente ecologicamente equilibrado, nos planos local, regional, nacional e global.

Deste modo, são vastas e bastantes promissoras as possibilidades de atuação das Organizações Não Governamentais, com caráter complementar ao Estado (jamais substitutivo), nos campos mais sensíveis onde os braços do Poder Público não conseguem alcançar ou que o fazem de forma deficitária, tardia ou simplesmente são insuficientes. Como destaca Paulo Machado, “as ONG’s não têm por fim o enfraquecimento da Democracia representativa (...) não são – e não devem ser – concorrentes dos Poderes Executivo e Legislativo, mas intervêm de forma complementar, contribuindo para instaurar e manter o Estado Ecológico de Direito” (Machado, p:1 2006).

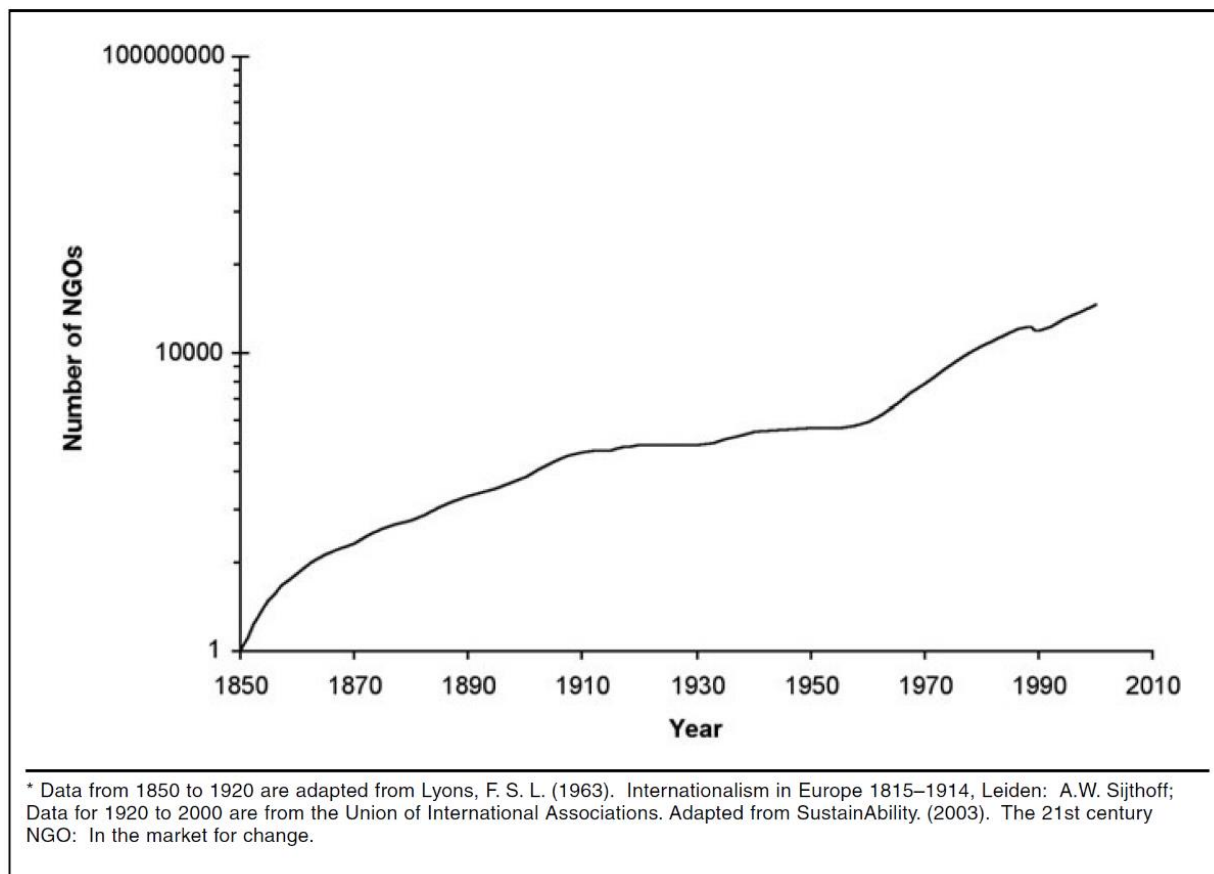
Consideradas como um dos canais diferenciados da cooperação para o desenvolvimento, as Organizações Não Governamentais, surgiram na Europa após a IIª Guerra Mundial, num contexto de ajuda humanitária às populações afetadas e, em particular aos refugiados (Plataforma das ONGs CV, 1999). A vida associativa evoluiu muito, desde então e, hoje, Cabo Verde já conta com mais de sete centenas de OSC, sob forma de associações comunitárias de desenvolvimento, organizações não governamentais (ONG), as IMF (instituições de microfinanças), organizações socioprofissionais, ligas, fundações, redes, cooperativas, mutualidades e grupos, entre outras.

Tempos críticos de alienação e apatia de boa parte da população frente aos problemas sociais e ambientais é notório, frente á descrença em resoluções destes problemas. Nesse cenário, as ONGs surgem como instituições preocupadas em mudar esse ambiente e aumentar o nível de felicidade por meio da solução de problemas comuns da sociedade. É por isso que o papel do Terceiro Setor deve ser valorizado na nossa sociedade (Rodrigues, 1998).

O mundo contemporâneo tem presenciado um expressivo crescimento das atividades voluntárias organizadas, assim como, o surgimento de organizações sem fins lucrativos com o objetivo de atender a demandas por serviços sociais, favorecer o desenvolvimento econômico local, controlar a degradação ambiental, defender os direitos civis e procurar atender muitos outros anseios da sociedade, ainda não atendidos, que são da responsabilidade do Estado e que pelas incapacidades diversas não são consideradas. O alcance e a escala desse fenômeno são grandes, caracterizando uma revolução associativa global, que resulta na formação de um terceiro setor, que vem crescendo em razão de diferentes pressões, necessidades e demandas dos indivíduos, como cidadãos, das

instituições e até dos próprios governos refletindo um conjunto de alterações sociais, e a globalização dos riscos ambientais (Fernandes, 2005).

Brijesh Nalinakumari e Richard MacLean em 2005 fazem uma análise geral das ONGs ao longo de décadas, onde apresentam os fatores que levaram a criação e o exponencial crescimento, mostrado no quadro a seguir (figura 1).



Fonte: Brijesh Nalinakumari e Richard MacLean em NGOs: Organizations That Are Setting the Next Generation of “Regulations” (Environmental Quality Management / Summer 2005).

Figura 1: Crescimento das ONGs internacionais entre os anos 1850 a 2000.

Os fatores descritos que levaram ao crescimento em número das ONGs podem ser atribuídos a propagação da democracia e mercados livres em todo o mundo, a revolução da comunicação permitindo que várias ONGs se conectassem e capacitassem indivíduos e grupos em todo o mundo, os governos passaram a ter fundos reduzidos para muitas áreas de serviços sociais, tendo as ONGs iniciado a atender as necessidades básicas da população, a crescente desconfiança nas instituições tradicionais, passando as ONGs a terem alta classificação em pesquisas públicas de confiança e o

aumento da desigualdade social e contínua degradação ambiental, motivando voluntários e doadores a tentar remediar esses problemas por meio de soluções não tradicionais.

Em relação as ONGs que têm como foco as questões ambientais ou especificadas como ONGs ambientalistas, são entidades privadas com fins públicos, sem fins lucrativos e com alguma participação voluntária que atuem em questões/áreas socioambientais. Seu foco de ação é impedir a degradação ambiental e promover formas sustentáveis de desenvolvimento. Nas últimas décadas, muitas delas têm atuado em parceria com a comunidade, governos e iniciativa privada para dar conta da complexidade do campo ambiental, que demanda soluções multifacetadas para um público bastante heterogêneo (Pignatti, 2005).

Na Cimeira da Terra que aconteceu em 1992 no Rio de Janeiro, as Nações Unidas encorajaram fortemente as ONGs, mostrando a sua importância nas negociações ambientais. Desde então, as ONGs têm desempenhado papéis cada vez mais relevantes nas instituições ambientais, em muitas atividades, como negociação, monitoramento e implementação, tradicionalmente reservada aos estados (Calado et al, 2012).

Também a Agenda 21 reconheceu o papel significativo que as ONGs desempenham para alcançar o desenvolvimento sustentável, observando que elas detêm experiências bem estabelecidas e diversificadas nos campos de intervenção, o que será de particular importância para a implementação e revisão para um ambiente saudável e socialmente desenvolvido e responsável.

Segundo o artigo “The roles of environmental non-governmental organisations in the twenty-first centuryas” (Os papéis das ONGs ambientais no século XXI), David Jeffrey lista atividades realizadas pelas ONGs e que têm um papel crucial para o desenvolvimento pois, fornecem informações para construção de estratégias políticas, expressam opiniões sobre questões atuais, promovem a conscientização ambiental e a educação, aconselham sobre assuntos técnicos, interrelacionam com agências internacionais, formam coligações, interagem com o planejamento de desenvolvimento e podem diretamente agir em prol do bem-estar das populações (Jeffrey, 2001).

As Instituições acadêmicas, as agências de pesquisa e, em menor grau, o governo constituíram durante décadas os principais atores na pesquisa em conservação. Mais recentemente, as ONGs tornaram-se importantes empregadores de cientistas da conservação.

As ONGs como a Birdlife, Conservation International, Flora and Fauna International, The Nature Conservancy, the Wildlife Conservation Society, World Wildlife Fund(WWF), Green Peace,

juntos abrigam um considerável exército de cientistas profissionais. Consequentemente, um bom volume de ciência da conservação está sendo gerado pelo setor de ONG, somando-se ao corpo de trabalho produzido por cientistas em museus, universidades e pesquisadores instituições. Indiscutivelmente, hoje muito do novo e excitante está sendo gerada por ONGs, não apenas fortalecendo a ciência de conservação, mas também melhorar a solidez de suas próprias operações (Fonseca, 2003).

Este conhecimento gerado tem aumentado a consciência ambiental mundial, direcionando os países para uma mudança de estratégias governamentais e até mesmo contribuindo para uma crescente exigência por parte das populações devido a este conhecimento adquirido e amplamente divulgado.

A partir do final do século XIX, indivíduos com interesse comum em questões ambientais de qualidade, começaram a formar associações, e muitos desses grupos proliferaram, particularmente depois a década de 60 do século XX. A melhor estimativa de ONGs internacionais apontam para o final de 1990, chegando a ser 500, ou seja, 2,5% dos 20.000 grupos de ONGs que operavam em países desenvolvidos, sendo que, segundo Runyan1999, a maioria das ONGs estavam engajadas na educação ou na saúde (Jeffrey, 2001).

A função chave das ONGs deve ser a criação de um pensamento universalmente aplicável ao padrão de cada sociedade e que seja suficientemente robusto para influenciar todos os interessados em governança e gestão do meio ambiente.

A partir da década de 90, do passado século, as Organizações Não Governamentais alcançaram um significativo crescimento, assumindo um papel de destaque na sociedade cabo-verdiana. Mesmo sendo que muitas dessas organizações, hoje denominadas ONG, já existissem há algum tempo, foi a partir daquela década que se popularizou esse termo no país, e que houve um notável crescimento quantitativo e no impacto da ação desse tipo de organização. Inicialmente, essas organizações foram percebidas como iniciativas de apoio a causas específicas, baseadas em trabalho voluntário e compromissadas com ideais de justiça e solidariedade (Plataforma das ONGs, 2015).

Assim, é notório que as diversas ONG, ao longo dos anos, juntamente com outras entidades da sociedade civil, vêm participando de forma significativa para o desenvolvimento de Cabo Verde, cuja ação estende-se aos mais variados domínios e sectores de atividade.

Consequentemente, as ONGs de caráter ambiental, têm contribuído para que questões como, a consciencialização, a importância e a necessidade de preservação do ambiente, sejam tidas em consideração, levando a uma mudança de paradigma a adoção de políticas baseadas na sustentabilidade dos seus recursos naturais e conservação dos espaços naturais.

Esta iniciativa civil, coincide com a criação da rede das áreas protegidas do país em 2003, onde também no mesmo ano temos o surgimento da primeira ONG com o objetivo específico para a preservação do ambiente e desenvolvimento sustentável, a Natura 2000. Desde então, tem surgido diversas outras ONGs, com o objetivo principal de preservar o ambiente e, mais precisamente, os recursos marinhos, tentando abranger cada vez mais a população, na luta por esta causa.

Hoje totalizam 12 organizações, espalhadas por todo o arquipélago, implementando ações importantes e que têm contribuído para a preservação dos recursos e espaços naturais nível nacional.

## **1.1 Problema de pesquisa**

A nova agenda de Desenvolvimento Sustentável formado pelos 17 Objetivos (ODS), destaca a necessidade dos países contribuírem para a conservação e o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos, com vista a um desenvolvimento sustentável pois, os oceanos cobrem 3/4 da superfície da Terra, contém 97% da água do planeta e representam 99% da vida no planeta em termos de volume.

Mundialmente, o valor de mercado dos recursos marinhos e costeiros e das indústrias é de 3 trilhões de dólares por ano ou cerca de 5% do PIB (Produto Interno Bruto) global, sendo que os níveis de captura de peixes estão próximos da capacidade de produção dos oceanos, com 80 milhões de toneladas, de peixes a serem pescados. São encontrados nos oceanos cerca de 200 mil espécies identificadas, sendo os números subestimado. Os oceanos têm uma importância crucial para a sobrevivência do planeta pois, absorvem cerca de 30% do dióxido de carbono produzido por humanos, que amortecem os impactos do aquecimento global e são a maior fonte de proteína do mundo, com mais de 3 bilhões de pessoas a depender dos oceanos como fonte primária de alimentação. Contudo, estima-se que 40% dos oceanos do mundo são altamente afetados pelas atividades humanas, incluindo poluição, aumento de pesca e perda de habitats costeiros (Nações Unidas, 2015).

No geral, a relação entre as mudanças climáticas e os oceanos vai muito além do aumento do nível da água do mar, que acaba por acelerar a erosão costeira e, conseqüentemente, traz vários impactos neste sentido. O degelo dos polos provoca a conseqüente entrada de água doce e ocasiona, para além do aumento do nível do mar, a alteração da salinidade que pode ter um efeito nas características das correntes marítimas, como dimensão, profundidade e direção. O aumento da temperatura da água afeta diretamente os organismos, tanto da região entre marés, quanto do infralitoral. Picos de temperatura do ar e insolação podem não ser tolerados por animais e algas presentes no entre marés, que deixam de ocorrer em determinados locais e afetam na determinação do sexo de algumas espécies marinhas. Estes impactos podem atuar, tanto na degradação quanto na redução ou supressão de habitats, levando a um aumento da degradação destes ecossistemas.

Trazendo estas aceções para o nosso posto de observação, nota-se que Cabo Verde é um país com grande potencial para a utilização dos seus recursos marinhos devido a vasta extensão da sua Zona Económica Exclusiva (ZEE) que é 180 vezes maior do que a sua área terrestre. As atividades da pesca e do turismo, muito importantes para o desenvolvimento do país, acabam por induzir a ações diretas ou indiretas que a *la limite* congregam para a degradação e a não sustentabilidade dos mares e seus recursos naturais.

Isto se levarmos em conta a própria natureza arquipelágica da nação cabo-verdiana, com condições climáticas pouco favoráveis, mas tendo no mar o seu maior potencial de desenvolvimento. Com uma população humana dispersa por 9 ilhas, por vezes isoladas pelas dificuldades de acesso devido a orografia, transporte, entre outras razões, as condições de insularidade propiciaram cenários favoráveis à proliferação de organizações não-governamentais com atuação complementar às ações governamentais. Algumas delas com uma atuação muito localizada, outras com uma intervenção mais global no arquipélago, com vista a abordar problemas sociais que afligem a população local. Em relação às questões ambientais verificamos o mesmo cenário a nível nacional, mas a dispersão das suas ações bem como das estratégias utilizadas, associadas ao espaço de confinamento e de atuação constituíram motivos que nos impulsionaram a ter um conhecimento profundo dessas organizações bem como avaliar os impactos das suas ações nos usos dos mares e garantir a sua sustentabilidade.

As organizações não-governamentais têm desempenhado um papel muito importante na consciencialização da sociedade para utilização de forma sustentável dos recursos marinhos. Para



além de contribuir para indução desta consciência com foco na sustentabilidade, suas ações e estratégias têm auxiliado para alertar e apoiar os Governos sobre o uso desses recursos, com foco na definição de estratégias através de atitudes ecologicamente corretas, economicamente viáveis, socialmente justas e culturalmente diversas, apresentando ainda, soluções ecológicas de desenvolvimento e que garantem, ao mesmo tempo, a sobrevivência do homem de forma digna a longo prazo, sem comprometer o futuro das próximas gerações.

Desta forma, chamam a atenção da necessidade de preservação para a sustentabilidade e participam na definição de políticas mais amigas do ambiente, tendo um crescimento sustentado, que assenta no aumento constante da economia e seguro através de uma gestão que é dirigida numa organização valorizando todos os fatores que a englobam, essencialmente ligado ao ambiente.

Diante do exposto, nossa preocupação é procurar entender o campo de atuação das ONGs cabo-verdianas que intervêm no campo da conservação dos recursos marinhos e que contribuem para a sustentabilidade dos usos dos recursos marinhos, no momento em que esta constitui um problema global cuja preocupação está espelhada na agenda 2030. Neste sentido, o problema que norteia esta pesquisa assenta em três questões fundamentais a saber: As estratégias definidas pelas diferentes ONGs têm sido eficientes para garantir a sustentabilidade dos mares? As ações realizadas ao longo dos anos têm contribuído para isso? De que forma as ONGs têm contribuído para a implementação das políticas e estratégias definidas pelos sucessivos governos?

Essas questões constituem a espinha dorsal desta pesquisa que busca através dos diferentes setores, feitos e factos, trazer resultados significativos que sirvam as instituições académicas, governamentais e não-governamentais. As análises destas questões poderão contribuir largamente para apreender a perceção da importância das ONGs a nível nacional, da identificação das lacunas ou ganhos obtidos e seus contributos para a sustentabilidade dos recursos marinhos em Cabo Verde, de acordo com os objetivos traçados para este trabalho.

## **1.2 Objetivo Geral**

Avaliar a contribuição das Organizações Não Governamentais (ONGs) na sustentabilidade do uso dos mares em Cabo Verde.

### **1.2.1 Objetivos Específicos:**

- Identificar as ONGs que atuam no sector marinho em Cabo Verde;
- Caracterizar as ONGs que têm contribuído para a sustentabilidade dos recursos marinhos em Cabo Verde;
- Avaliar as estratégias de ação das ONGs para o sector marinho;
- Analisar os potenciais impactos das suas ações na sustentabilidade dos recursos marinhos.

Esta pesquisa que relaciona as ações das ONGs com a sustentabilidade dos recursos marinhos é inédita em Cabo Verde. Constitui-se como primeiro trabalho académico realizado que traz esta preocupação, cujos resultados poderão servir tanto a academia, a sociedade civil como também para enformar políticas públicas para o sector e enformar decisões. Num momento em que muito se tem falado a nível nacional sobre a economia marítima, o papel das ONGs é de supra importância pois, é notório o empenho e o desempenho dessas organizações na conservação dos recursos marinhos e da chamada de atenção da necessidade de uma abordagem holística para a sustentabilidade deste ecossistema que é a maior fonte de proteína a nível nacional e que tem um aporte cultural muito forte para a população cabo-verdiana.

A economia marítima está em voga e tem sido um dos assuntos da agenda governamental da IX legislatura, tornando a necessidade de ser apresentado análises variados sobre o uso dos mares e dos seus recursos. Esta análise a nível nacional, com relação a intervenção do terceiro sector no desenvolvimento do país, tem sido feito principalmente no âmbito social. Contudo, no campo da conservação do ambiente e, mais precisamente, da conservação dos recursos marinhos, vê-se uma lacuna de informações e análises que uma pesquisa académica deste porte pode contribuir para mitigar.

Assim, depois de anos de atuação no território nacional, pelas ONGs, foi constatado que era necessário fazer uma avaliação da performance de cada um, com vista a implementação dos objetivos traçados pelos sucessivos governos e, conseqüentemente, avaliar o papel que têm desempenhado, através de uma metodologia adequada, bem como do contributo que têm dado para

que as metas nacionais e internacionais assumidas pela Estado cabo-verdiano sejam atingidas, visando a sustentabilidade dos recursos marinhos.

### **1.3 Metodologia**

Este trabalho foi desenvolvido, considerando todas as organizações/associações sem fins lucrativos e que têm como principal objetivo ações no âmbito da conservação do meio marinho e seus recursos em Cabo Verde.

Para o desenvolvimento da pesquisa optamos pelo método qualitativo e quantitativo com o objetivo de identificar as ONGs que atuam nesta área, apreender quais as estratégias utilizadas para a conservação do meio marinho, avaliar os seus impactos na sustentabilidade dos recursos marinhos em Cabo Verde e a contribuição que têm dado para a implementação das políticas definidas a nível nacional. Como recurso a metodologia quantitativa foram identificadas 12 organizações não governamentais com intervenção direta na conservação dos recursos marinho. Assim aplicaram-se questionários a todas essas ONGS a fim de conhecer o âmbito de intervenção, as ações desenvolvidas pelas mesmas e a sua abrangência. Devido a impossibilidade de percorrer todas as ilhas para aplicar diretamente o questionário, o mesmo foi enviado por e-mail aos presidentes de cada ONG. A duração entre o envio e a recolha das respostas foi de 30 dias, durante o mês de junho de 2018. As perguntas foram feitas de forma clara, direta e objetiva, ressaltando o objetivo geral do trabalho e por forma a dar resposta aos objetivos específicos definidos no trabalho.

As Organizações Não Governamentais de caráter comunitário ou associações comunitárias piscatórias não foram abrangidas neste estudo, por terem como foco o desenvolvimento da comunidade local e salvaguarda da atividade económica exercida pelos seus membros, tendo uma intervenção direta nos recursos marinhos, mas não para a conservação dos mesmos recursos marinhos.

A metodologia qualitativa foi utilizada para avaliar as estratégias utilizadas para a sustentabilidade dos recursos marinhos, as ações implementadas pelas ONGs e sua contribuição para o desenvolvimento das comunidades bem como os impactos sobre a sociedade e a sua perceção.

Assim, com o objetivo de obter informações qualitativas das instituições governamentais nacionais e instituições internacionais que atuam no país e que têm como uma das responsabilidades trabalhar diretamente com as ONGs, foi utilizada a técnica Delphi. Enquanto recurso metodológico a técnica Delphi se insere nos chamados métodos de cunho qualitativo e que busca obter o consenso de opiniões entre especialistas sobre o tema pesquisado (Dias, 2007). Este método permite que a participação seja mantida em anonimato, o que isenta os participantes de pressão social, influência de personalidade e dominação individual, conduzindo ao pensamento independente e à evolução gradual das opiniões (Roque, 1998). Esta técnica foi utilizada para grupo específico, composto pelas seguintes instituições: a Direção Geral do Recursos Marinhos, Direção Nacional do Ambiente, Plataforma das ONGs de Cabo Verde, PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), bem como o programa GEF/SGP (Programa das Pequenas Subvenções do Fundo Mundial para o Ambiente às Organizações da Sociedade Civil). Foram inqueridos os dirigentes responsáveis com o objetivo de conhecer não apenas a percepção das mesmas sobre a intervenção das ONGs, como também para avaliar a intervenção das ONGs na implementação das políticas e estratégias definidas a nível nacional para o setor marinho e o contributo no planeamento espacial marinho. Esse grupo de especialistas foi consultado individualmente por forma a garantir o anonimato, com perguntas simples e técnicas, por forma a estimar potenciais impactos de uma intervenção

De salientar que enquanto instrumento de recolha de informações a técnica Delphi baseia num processo estruturado para a recolha e síntese de conhecimentos de um grupo de especialistas através de questionários e de forma organizada as opiniões são trabalhadas e analisadas (Adler et al, 1996). Os questionários são aplicados de forma anónima e interativa por meio dos inqueritos nas organizações acima referidos.

Fundamentalmente, o método serve para esclarecer aspetos sobre a evolução de uma situação e para identificar prioridades ou apresentar diferentes cenários. Embora esta técnica tenha sido desenvolvida para recolher conhecimentos em domínios incertos e emergentes, tende a ser aplicada no contexto da avaliação quando existem conhecimentos sobre o assunto, como é o caso das ações das ONGs.

Por ser um tema cuja abordagem é pioneira em Cabo Verde, um estudo académico a nível nacional com recurso a este método permitiu não apenas caracterizar as ONGs mas também avaliar as ações

por elas desenvolvidas com vista a analisar o contributo que têm dado para a sustentabilidade dos recursos marinhos, bem como as perceções das instituições chave perante as suas ações, cujas conclusões auxiliarão na reflexão das ONGs perante as suas atividades desenvolvidas e na definição de estratégias futuras, dentro de uma contextualização global e nacional.

## **CAPÍTULO I - Fundamentação Teórica**

O termo "ONG", que designa independência e ocupação do espaço público por organizações que não pertencem ao Governo, de acordo com Frasson (2001), foi criada pela ONU (Organização das Nações Unidas), na década de 40, para definir as instituições não oficiais que estariam aptas a receber recursos financeiros para fins de execução de projetos que objetivavam interesses sociais.

A luta por um ambiente sadio e equilibrado assume-se como uma responsabilidade de cada um no quadro da cidadania global, sendo uma questão de justiça social e um dever, num contexto mundial cada vez mais interdependente e globalizado (Quadros, 2007). Segundo Sicsú, a política de ajuda ao desenvolvimento não deve, assim, ser encarada como um dever de alguns, mas como uma necessidade ditada por critérios éticos, bem como um investimento no planeta e nas gerações futuras (Sicsú et al, 2009).

A cooperação para o desenvolvimento consiste no esforço levado a cabo conjuntamente entre o sector primário, secundário e terciário, com a finalidade de combater as dificuldades económicas e sociais de forma sustentável e duradoura. A cooperação significa envolver as populações na definição, planificação e criação do seu próprio futuro, capacitando as pessoas e comunidades para intervirem e liderarem o seu próprio processo de desenvolvimento sustentável.

As organizações do Terceiro Setor, onde se integram as ONGs, visam a melhoria das condições de vida de uma comunidade ou grupos sociais, trabalhando questões ligadas às diversas áreas, como saúde, educação, preservação do ambiente, investigação e outras. Ao Estado é suposto garantir a existência desse tipo de organização e, além de não interferir diretamente em seu funcionamento, incentivar a sua criação através de benefícios fiscais (Menegasso, 2001).

Esta análise a nível nacional, com relação a intervenção das organizações não governamentais no desenvolvimento do país, tem sido realizada principalmente no âmbito social. Todavia no campo da conservação ambiental e mais corretamente da conservação dos recursos marinhos, vê-se uma lacuna de informações, avaliação e análises da intervenção dessas organizações.

Numa análise completa sobre as ONGs a nível mundial, os autores Brijesh Nalinakumari e Richard MacLean, 2005, apresentam como fatores que levaram à criação e o exponencial crescimento das ONGs, a descrença em instituições tradicionais como o governo, instituições religiosas e de

negócios. Situação que leva a um aumento de confiança nas ONGs pelo público, alavancando assim a sua força, pelo fato de alguns problemas pareciam estar a piorar, como a desigualdade social e constante degradação ambiental, motivando assim voluntários e doadores a tentar remediar esses problemas através de soluções não tradicionais, isto é, através das ONGs (Nalinakumari et al, 2005).

Os mesmos autores descrevem os pontos fortes e fracos das ONGs ao longo dos tempos, fazendo uma caracterização como vantagem, o apoio de base existente, empoderando a sua capacidade de identificar os problemas de seus constituintes e adaptar a assistência para satisfazer as suas necessidades. Geralmente, as ONGs adotam um processo, orientando a abordagem para o desenvolvimento na qual usam metodologias e ferramentas participativas de forma inovadora e que promove novas ideias.

Nesta linha de ideias, autores outros como o pesquisador David Jeffrey, questiona muito as atividades desenvolvidas pelas ONGs, bem como a forma como é exercida, que muitas vezes acarreta grandes conflitos com outras instituições como as universidades e até mesmo o governo, mas, no entanto, reconhece a importância dessas ONGs para o desenvolvimento sustentável (Jeffrey, 2001).

Contudo, Brijesh Nalinakumari e Richard MacLean, 2005 afirmam que historicamente as ONGs têm sido ativas em influenciar política governamental, seja diretamente (por exemplo, proferindo comentários sobre leis e regulamentos) ou indiretamente (por exemplo, na definição o padrão de serviços sociais), sendo que atualmente as ONGs têm crescido tanto em poder e influência, a ponto deles literalmente terem um lugar na mesa junto com os representantes do governo, que é notório na relação existente com as Nações Unidas, um dos principais órgãos de negociação para todos países (Nalinakumari et al, 2005).

O autor Gonçalves (2006), entende que a organização estratégica do terceiro setor, diferente do Estado e do mercado, pretende interferir na estrutura social vigente, sob a justificativa de representar os interesses da sociedade civil. Para o autor, a crise da democracia dos Estados proporciona uma condição favorável à articulação das organizações não governamentais, que intentam alternativas em relação às atuais estruturas, quer sejam produtivas, quer sejam sociais (Gonçalves, 2006).

Apesar de Garzoni (2007) concordar que o advento do neoliberalismo coloca o Estado numa condição de atuação restrita, que leva ao crescimento do papel de entidades não governamentais, que o autor propõe que a existência das mesmas seria “mais a expressão da fragilidade da sociedade civil do que de sua força”. Garzoni (2007, p.3) alega ainda que, apesar de regulamentadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), elas comprometem a legitimidade da sociedade, uma vez que não têm força política para representá-la, além de consumir, com estratégias de solidariedade, as energias que antes serviriam à atuação política.

Contudo, seguindo a abordagem do autor Pagnatti (2005), onde descreve que as ONGs ambientalistas têm desempenhado um papel muito importante no mundo atual atuando em problemas socioambientais, destaca como foco de ação dessas organizações a de impedir a degradação ambiental e promover formas sustentáveis de desenvolvimento. Acrescenta que nas últimas décadas, muitas delas têm atuado em parceria com as comunidades locais, governos e outras iniciativas privadas para assim dar conta da complexidade do campo ambiental, que demanda soluções multifacetadas para um público bastante heterogêneo (Pagnatti, 2005).

Seguindo esta mesma abordagem de Pagnatti é que se baseia este trabalho de pesquisa, que destaca o fato da criação das ONGs terem trazido inúmeras vantagens ao desenvolvimento do país, de uma forma geral, e também no campo ambiental marinho, através de uma relação muito próxima com o Estado e das inúmeras ações de conservação desenvolvidas ao longo dos anos, faz uma análise sobretudo, do seu desempenho na sustentabilidade dos recursos marinhos.

Esta análise é feita pela primeira vez em Cabo Verde, mas com notória importância para a conjuntura atual do país, que tem destacado a economia azul como uma das fontes de desenvolvimento, através da utilização sustentável dos recursos vivos e não vivos de origem marinha. Assim, com este estudo, podemos trazer uma análise geral do contributo das ONGs no campo do desenvolvimento da economia azul a nível nacional, focada na conservação para a sustentabilidade dos recursos vivos marinhos e aprender algumas nuances daquilo que vem sendo o percurso do país, rumo ao cumprimento do 14º ODS. Não obstante de, a nível nacional, outras análises e conhecimento dos percursos das ONGs no país serem bastantes estudadas, com uma trajetória que vem desde os tempos coloniais.



## **CAPÍTULO II - Historial das ONGs em Cabo Verde**

De acordo com as informações recolhidas, durante o período colonial existiam de 5 cooperativas em Cabo Verde, uma de consumo em Mindelo criada em 1896, uma de consumo na Praia criada em 1935 e 3 agrícolas criadas em 1960, sendo 2 na ilha do Fogo e 1 na ilha de Santo Antão (Gomes Mendonça, 2002).

Contudo, com a independência nacional em 1975, verifica-se um forte e dinâmico movimento cooperativo de consumo/distribuição e de natureza multisectorial (Santos, 2017).

Assim, as cooperativas representaram uma realidade concreta com uma dinâmica intrínseca do ponto de vista social, organizativo, económico, cultural, institucional e legal, que alcançaram um elevado patamar de desenvolvimento, constituindo-se como um sector específico da atividade económica de base associativa e solidária no período 1975 a 1991 (Santos, 2017).

Também, segundo Santos, as cooperativas foram um instrumento de mobilização popular que, além de objetivos económicos, tinham por função transmitir confiança política às populações de que a independência significava benefícios e uma “vida nova” para todos os cabo-verdianos (Santos, 2017).

Assim, foi criado o Instituto Nacional das Cooperativas (INC) a 21 de outubro de 1978, como uma instituição autónoma de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Em agosto do ano seguinte, em 1979, foram publicadas as Bases Gerais das Cooperativas e criado, posteriormente o Fundo de Apoio às Cooperativas (FAC).

Foi estabelecida na Constituição da República de Cabo Verde de 1980 como um dos princípios fundamentais que o “Estado apoie e proteja as organizações de massa e as outras organizações sociais reconhecidas por lei que, organizadas em torno de interesses específicos, enquadram e fomentam iniciativa popular e asseguram a ampla participação das massas da reconstrução nacional” e passando a atribuição ao Estado a responsabilidade de criar “as condições para o desenvolvimento de base material das organizações de massa e outras sociais e proteger o seu património” (Constituição da República de Cabo Verde aprovada na IX Sessão Legislativa da primeira Legislatura em 5 de Setembro de 1980, Artigo 7º).

As cooperativas passaram a ser destinatárias de políticas públicas, reguladas por uma legislação específica e apoiadas por instrumentos próprios, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), através da Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizou-se, em 1980, um estudo diagnóstico do setor cooperativo cabo-verdiano no qual foi reportado a existência de 22 unidades cooperativas nos ramos de consumo (as mais dinâmicas), industriais e agrícolas. A maioria das unidades cooperativas concentrava-se em Sotavento (Santos, 2017).

De acordo com o relatório da 1ª Conferência dos Parceiros Não-governamentais realizado em 1987, no período entre 1982 a 1986 o setor cooperativo registou a evolução mais espetacular até então. O número de organizações cooperativas aumentou de 31 para 209, tendo o setor beneficiado com 20% da ajuda não governamental atribuída no referido período, o que assegurou mais de 80% dos financiamentos aplicados.

No entanto, a Assembleia Nacional Popular veio a aprovar em 1987, o regime jurídico de constituição e funcionamento das associações de fim não lucrativo cuja referência pode ser encontrada na Lei n.º 28/III/87, de 31 de dezembro.

Mesmo com as revisões da Constituição da República em 1981, 1988 e 1990, foi mantido os dispositivos constitucionais originais relativos as cooperativas e à liberdade de associação.

Com a aprovação do regime jurídico em 1987, introduziu-se um elemento de mudança de fundo, pois permitiu a emergência das primeiras ONGs de desenvolvimento, em que se passou a conceber a participação popular não como um elemento de garantia da base popular de apoio ao regime instituído, mas sobretudo numa perspetiva de libertação e de afirmação da autonomia do indivíduo e da sociedade civil face ao Estado. Nesta perspetiva, toda ação se desenvolve com base no processo de conscientização, proporcionando às populações capacidade de análise, de formulação das suas demandas e de relacionamento com os poderes públicos e do Partido (Santos, 2017).

Após a organização do Estado de direito democrático em 1992, assume-se como uma das tarefas fundamentais de incentivar a solidariedade social, a organização autónoma da sociedade civil, o mérito, a iniciativa e a criatividade individual.

Assim, na Constituição da República de 1992, no seu artigo 51º vem definir que: “É livre, não carecendo de qualquer autorização administrativa, a constituição de associações; 2. As associações prosseguem os seus fins livremente e sem interferência das autoridades; 3. A dissolução das

associações ou suspensão das suas atividades só podem ser determinadas por decisão judicial e nos termos da lei; 4. Ninguém pode ser obrigado a associar-se ou a permanecer associado”.

Desde então, o associativismo de fim não lucrativo e as sociedades cooperativistas têm orientado as suas atividades com base num conjunto de leis e normas aplicáveis em vigor no país, destacando a Lei n.º 25/IV/2003, de 21 de julho, que define o regime jurídico geral de constituição das associações de fim não lucrativos; a Lei n.º 69/VIII/2010, de 16 de agosto, que define três categorias de organizações de sociedade civil de fim não lucrativo: organização privada sem fim lucrativo “OSC”, Organizações não Governamentais “ONG” e associação comunitária; Decreto-Lei n.º 42/2010, de 27 de setembro, que aprova o regime jurídico do voluntariado; e Lei n.º 114/VIII/2016, de 24 de março, que define o estatuto das Organizações da Sociedade Civil de Desenvolvimento “OSCD”.

Com o intuito de uma melhor coordenação, concertação e promoção das ONG’s, após alguns anos de tentativa, finalmente em 1996 foi criada a Plataforma das ONGs em Cabo Verde, com os domínios específicos de intervenção a apoio a grupos vulneráveis, desporto, educação, saneamento e saúde e reconhecida juridicamente em 1998 (B.O. n.º 8/98, de 3 de março de 1998). Em 2003 foi revogada a Lei n.º 28/III/87, passando a ser constituídas as associações de fim não lucrativo através da Lei n.º 25/VI/2003, de 21 de julho de 2003.

Devido as mudanças de abordagem, conjuntura nacional e as dinâmicas registadas no país, viu-se o declínio do movimento cooperativo e um crescimento exponencial do associativismo de base comunitária juntamente com as ONGs, passando a ser a forma dominante de organização social de fim não lucrativo no panorama associativo cabo-verdiano (Santos, 2015).

As ONGs são consideradas como um fenómeno internacional moderno que durante a década de 70 apresentaram uma mudança de paradigma, deixando de existir apenas ONG humanitárias, para também passar a ter ONG para o Desenvolvimento (ONGD), significando que passaram dum trabalho humanitário focalizado na ajuda aos refugiados a uma denúncia da pobreza como consequência da ordem económica mundial. Pode-se dizer, portanto que as ONGD se tornaram mais políticas. Contudo este fenómeno é verificado em Cabo Verde décadas depois, mas trazendo inúmeras vantagens.

Analisar a relação entre as ONG e o Estado, levou a ter uma melhor percepção do quanto é importante a presença dessas organizações no território nacional e ainda a abertura do poder político à ajuda externa (Estudo Diagnóstico das ONGs de Cabo Verde, em 2015).

Na sua natureza, as Organizações não Governamentais de Desenvolvimento são associações constituídas sem fins lucrativos para contribuir para a realização de ações de cooperação para o desenvolvimento (Plataforma das ONGs, CV, 1999). De uma forma geral, são organizações autónomas e independentes dos poderes públicos, que podem ser confessionais e laicais, que procedem com os seus recursos financeiros de fontes privadas (coleta de fundos, subvenções, cotização dos membros, etc.) e que foram tornando independentes e gradualmente alargando a sua ação no domínio de cooperação para o desenvolvimento.

Com a publicação da Lei nº. 28/III/87, de 31 de dezembro, que regula o exercício da liberdade das associações, veio a permitir que os cidadãos maiores, no gozo dos seus direitos civis, pudessem livremente e sem dependência de qualquer autorização, construir associações.

O impulso na criação das ONGD verifica-se depois da abertura política em 1992, registando mais de cinco centenas de associações já no final da década de 90. Essas organizações abrangiam todas as categorias sociais e de outros domínios de interesse da sociedade civil, tanto a nível local, como regional e nacional

Formadas por indivíduos de diferentes sensibilidades, as ONG's têm como um dos objetivos iniciais, a promoção do desenvolvimento no sentido lato, independentemente da filosofia dos seus membros.

Do universo das organizações apuradas no Estudo Diagnóstico das ONGs de Cabo Verde em 2015, refere-se que a grande maioria das organizações não governamentais é composta por organizações de desenvolvimento comunitário (73,5%). Instituições que pelas suas valências atuam a nível do desenvolvimento económico e social e trabalham para o benefício direto das suas comunidades, criando as condições básicas designadamente a nível de infraestruturas e equipamentos sociais importantes para garantir o desenvolvimento integral das comunidades, contribuindo assim para a redução da pobreza. As restantes organizações 36,5% representam ONG de cariz especializado, abrangendo 28% de ONGD e as restantes incluindo associações de cariz desportivo (3%), cooperativas (1%) e fundações (1%) (Estudo Diagnóstico das ONGs de Cabo Verde, em 2015).

Assim, em virtude do relevante contributo que elas trazem ao país, considerou-se indispensável o reforço da capacidade de ação das ONG's, enquanto instrumentos privilegiados de intervenção a nível local, regional e nacional (Estudo Diagnóstico das ONGs de Cabo Verde, em 2015).

É na prossecução desse desiderato que a Plataforma das ONG's de Cabo Verde, enquanto órgão de concertação das Organizações Não Governamentais, tomou a iniciativa de promover e apresentar uma lei-quadro das organizações não-governamentais do desenvolvimento, designado como ONGD's. Desta forma, a Assembleia Nacional aprovou a Lei n.º 114/VIII/2016, de 21 de março que tem como um dos objetivos primordiais, o reforço da capacidade de ação das ONG's, enquanto instrumentos privilegiados de intervenção na comunidade.

De acordo com o levantamento efetuado no quadro da atualização do Guia das ONG que atuam a nível nacional, até Outubro de 2015, com exceção as Associações Desportivas reconhecidas oficialmente, que se regem por uma legislação específica, conseguiu-se cadastrar um total de 724 (setecentos e vinte e quatro) Organizações da Sociedade Civil de fim não lucrativo em Cabo Verde (Guia das ONGs Cabo Verde, 2015), sob forma de associações comunitárias, organizações socioprofissionais, ligas, fundações, redes, cooperativas, grupos, entre outros.

O movimento da cidadania nacional que visam as questões ambientais é bastante recente, comparado ao histórico nacional acima referido. Teve o seu início com a criação da primeira ONG com foco na proteção ambiental na ilha da Boavista em 2003, de acordo com os dados da Plataforma das ONGs de Cabo Verde. A ONG Natura 2000 foi criada numa conjuntura onde se iniciavam os trabalhos de conservação dos recursos marinhos e dos espaços com interesse para proteção ambiental. Nascido de um projeto entre os Governos de Cabo Verde e Canárias, projeto com o mesmo nome "Natura 2000", deu-se o início de uma nova era na conservação ambiental em Cabo Verde, onde antes o foco era basicamente terrestre, passa-se a ter um interesse para os recursos marinhos não apenas na sua exploração, mas também na sua preservação.

As primeiras ações de monitorização e seguimento de um recurso marinho feito por esta ONG foi a tartaruga marinha, na ilha da Boavista.

Com o desenvolvimento dos trabalhos de investigação ambiental em todo o território nacional e inventário dos recursos naturais terrestre, costeiro e marinho, levou-se a criação das áreas protegidas o que também acabou por elevar ao reconhecimento mundial de Cabo Verde, como o

terceiro maior local de desova da espécie *Caretta caretta* (tartaruga marinha) no mundo (Abella, 2010). Neste sentido, emergiu a necessidade de uma maior proteção desta espécie ameaçada a nível internacional e que já estava protegida pela lei sobre os recursos haliêuticos, desde 1987 (Decreto-Lei nº 17/87). Com isso, começa-se a verificar o surgimento de outras ONGs de caráter ambiental, mas com o foco na proteção das tartarugas marinhas primeiramente.

A aderência de Cabo Verde a Convenções e Tratados Internacionais a nível do mar, mostra que o país se tem preocupado com esta questão e pretende seguir as diretrizes definidas internacionalmente. Estas preocupações estão espelhadas em Decretos Legislativos importantes que dão as diretrizes a nível nacional sobre o uso dos mares e dos seus recursos.

## **CAPÍTULO III – Recursos Marinhos em Cabo Verde**

### **3.1 Políticas de Conservação dos Recursos Marinhos**

Cabo Verde foi um dos primeiros países a ratificar a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982, que define e codifica conceitos herdados do direito internacional referentes a assuntos marítimos, como mar territorial, zona econômica exclusiva, plataforma continental e outros, e estabelece os princípios gerais da exploração dos recursos naturais marítimos (Pastor et al, 2010).

Em 1987, com a ratificação desta convenção, o país obteve o direito de determinar o modo de fazer o uso dos seus recursos marinhos e ao mesmo tempo, o compromisso de fazê-lo de forma sustentável e responsável.

Contudo, segundo os registos institucionais, as ações levadas a cabo para a gestão pesqueira em Cabo Verde datam a período anterior dos anos 80. Já no séc. XIX, com a publicação da regulação da pesca do coral – Portaria nº 196, de 32/7/ 1879 (DGP, 2005) encontra-se a primeira referência de regulação no sector. No período colonial, existia um conjunto de normas relativas à regulamentação da pesca de outras espécies vulneráveis como, as baleias, as esponjas e as lagostas, relativas ao estatuto dos pescadores, normas para as concessões do sector industrial, regulamentando a concorrência através da definição do número máximo de fábricas de conservas por ilha. Devido a vasta extensão marinha, as pescas passaram a ser consideradas como um sector estratégico de desenvolvimento com o pós-independência nacional (Programa da I Legislatura). Seguiram-se iniciativas importantes, tais como o estabelecimento do limite das águas territoriais (Lei nº 14/75 de 13 de Dezembro), estabelecimento dos limites do mar territorial, águas arquipelágicas e da ZEE (Decreto-Lei nº 126/77 de 31 de Dezembro; Lei nº 60/IV/92, de 21 de Dezembro), tratado sobre a delimitação da fronteira marítima entre Cabo Verde e o Senegal (Resolução nº 29/IV/93 de 16 de Julho). Um conjunto de diplomas normativos foi elaborado após a ratificação da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Lei nº17/III/87), dentre os quais destacam-se a primeira lei-quadro em matéria de aproveitamento dos recursos haliêuticos: o Decreto-Lei nº 17/87, assim como Decreto nº 97/87, que definem normas para a execução de certas disposições do Decreto-Lei nº 17/87.

Já em 2015, o Decreto-Lei nº 53/ 2005, de 8 de agosto, veio a revogar e a substituir o Decreto-Lei nº 17/87, que define os princípios gerais da política de aproveitamento sustentável dos recursos haliêuticos, designadamente as normas de acesso aos referidos recursos e de planificação da sua gestão, bem como, a fiscalização do exercício da pesca e das atividades conexas. Em fevereiro do mesmo ano, entrou em vigor o Plano de Gestão dos Recursos da Pesca, implementado sob a responsabilidade da então Direção Geral das Pescas e apoiado cientificamente através de investigações haliêuticas realizadas pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (INDP).

Muitos outros diplomas regulamentando atividades de incidência direta ou indireta sobre o sector das pescas e o ambiente marinho foram, igualmente, produzidos ao longo de todos estes anos, o que revela todo um esforço em prol da gestão sustentável das pescas de Cabo Verde.

Com relação a outras espécies marinhas como mamíferos, répteis, aves e corais, trabalhos científicos desenvolvidos e instrumentos de gestão aprovados são mais recentes. Com relação a tartarugas marinhas, dezenas de estudos científicos e monitorização estão a ser desenvolvidos muitos deles por organizações não governamentais. Este interesse, a nível nacional, para a monitorização das espécies de tartarugas marinhas iniciou em 1999 com o projeto Natura 2000 o que veio a originar a ONG Natura 2000. Hoje, são mais de 16 entidades (dentre ONGs, Associações Comunitárias e estruturas governamentais) que têm trabalhado para a conservação dessas espécies que desde 1987 são protegidas (Decreto-Lei nº 17/87) e com o Plano de Conservação das tartarugas marinhas aprovado em 2010 (Decreto-Regulamentar n.º 72/2010).

Os Planos de Conservação para os mamíferos marinhos e corais foram aprovados em 2015 onde pode-se encontrar um conjunto de ações que devem ser levados a cabo para a preservação destes grupos de espécies marinhos.

Em Cabo Verde, não existem ainda índices ou indicadores que permitam fazer a monitorização regular e de forma sistemática da biodiversidade, o que dificulta a apresentação do seu real estado (DNA, 2015). Contudo, mesmo com essas insuficiências, é notório que onde existem áreas protegidas com uma equipa de gestão a trabalhar, a biodiversidade se encontra mais bem preservada ou onde se tem uma informação mais completa da biodiversidade e estado de conservação dos ecossistemas. Nas ilhas de Santa Luzia, Sal, Boavista e Maio, onde existem áreas protegidas marinhas, são notórias as ações de conservação da sua biodiversidade, que incidem na



informação e sensibilização das populações locais, levando a um maior conhecimento do que existe e a necessidade de preservação para a sustentabilidade ambiental.

Tal como em outras regiões insulares, a pressão sobre a biodiversidade do arquipélago de Cabo Verde continua a acentuar-se devido a fatores tanto naturais como antrópicos.

Segundo o 6º Relatório sobre o Estado da Biodiversidade de Cabo Verde as atividades económicas e projetos de desenvolvimento são as principais mudanças no estado e nas tendências da biodiversidade, constituindo ameaças diretas e indiretas da perda da biodiversidade no contexto mundial. É de se destacar: (i) a pobreza rural, (ii) a erosão costeira, (iii) a pesca INN, (iv) a poluição marinha, (v) a importação de inertes e outros materiais de construção civil, (vi) as alterações climáticas, (vii) o fraco nível de cidadania ambiental e (viii) os efeitos cumulativos, multiplicativos e amplificadores das ameaças. Na biodiversidade marinha, a pesca, o turismo, os desportos náuticos, de recreio e lazer, as atividades navais e portuárias e os transportes marítimos continuam a ser considerados os principais fatores de pressão.

Assim, as atividades económicas, sociais e culturais com foco no meio marinho tendem a perder qualidade face a fenómenos de erosão costeira de praias, em resultado de quebras nos ciclos e corredores de transporte de areia, por razões antrópicas, sobretudo nas ilhas planas do arquipélago.

A utilização dos espaços para a ocupação humana das regiões litorais e costeiras vem sendo condicionada por episódios frequentes de ameaças a estabilidade de construções, com prognósticos constantes de inundações em regiões mais baixas das ilhas, principalmente em épocas de pico nos processos e ciclos naturais como ondulações, ciclo de marés e nível do mar, sob efeito das mudanças climáticas e das pressões antrópicas (DNA, 2015).

Levando em consideração que a principal fonte nacional de proteína alimentar está nos peixes, regista-se um aumento contínuo do esforço da pesca, diminuições de rendimento e uma incursão cada vez mais acentuada a espécies-alvo, outrora não exploradas comercialmente. Isso tem provocado mudanças na cadeia trófica marinha. A atividade profissional da pesca proporciona rendimentos para os seus operadores e fonte de crescimento para a economia nacional. Entretanto, a atividade continua a acumular dificuldades de sustentabilidade face as necessidades de estabilidade dos empregos existentes, da saúde e dos rendimentos económicos para o país.

Sobre a atividade pesqueira especificamente, o primeiro Protocolo entre a União Europeia e a República de Cabo Verde que fixa as possibilidades de pesca e a contrapartida financeira previstas no acordo de parceria no domínio da pesca foi assinado em Bruxelas em 1990 e desde então tem sido feito negociações a cada 4 ou 5 anos, de acordo com a vigência de cada acordo. O último Protocolo de Acordo negociado foi assinado em outubro de 2018 e tem uma vigência de 5 anos, mas que ainda não se encontra em vigor, segundo a Direção Geral dos Recursos Marinhos. Este acordo oferece aos navios da União Europeia (UE) a possibilidade de pescar 8.000 toneladas de atum e espécies afins em águas cabo-verdianas. Em contrapartida, a UE pagará a Cabo Verde uma contribuição financeira de 750.000 € por ano (que corresponde a 82.698.750 ECV). Parte desta contribuição anual (350.000 €) será utilizada para promover a gestão sustentável das pescas em Cabo Verde.

Enumeras vantagens e desvantagens no campo social, económico e ecológico são elencadas tendo o atual Governo garantido o melhor acordo possível, visando o desenvolvimento da economia azul.

A Economia Azul (EA), muito falado nos dias de hoje, corresponde a novas oportunidades conhecidas e/ou potenciais. Dependendo da capacidade do país em exercer os seus direitos sobre os recursos já identificados, dita o aproveitamento dessas oportunidades, permitindo a sua valorização.

Esta nova abordagem da economia azul está baseada na Carta para a Promoção do Crescimento Azul, de acordo com a publicação no Boletim Oficial n.º 73, 25 de novembro, de 2015. Com isso levou-se a nomeação do Secretário de Estado Adjunto no Ministério da Economia Marítima, a assinatura do programa de cooperação tripartida com o Banco Africano de Desenvolvimento e a FAO (UTF CVI 047, 2017) e na criação na SEEM de um Observatório da Economia Azul. Todos esses órgãos contribuem para a consolidação economia azul em Cabo Verde.

O Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde - PEDS 2017-2021 serve de referência ao projeto de desenvolvimento da EA e dá ao processo de transição um papel fundamental no alinhamento e criação de sinergias das estratégias setoriais. Também o PEDS está assente no Programa de Governo e Moção de Confiança 2016-2011, onde assume o compromisso de um novo modelo de crescimento económico, tendo o oceano como um potencial a ser explorado pelos seus recursos existentes.

A Economia Azul para além de trazer um novo conceito, transporta uma nova abordagem para a promoção do crescimento das economias marítimas e a valorização dos recursos oceânicos e costeiros e áreas afins.

As pescas, a aquacultura, o ambiente marinho e costeiro, o turismo e o ecoturismo, o transporte marítimo, a exploração das energias renováveis, a extração de recursos minerais e o desenvolvimento de infraestruturas portuárias formam o conjunto de sectores económicos fundamentais para a economia azul. No entanto, esses sectores dependem de elevados investimentos que envolvem o Estado ou forçam a sua concentração nas mãos de alguns atores internacionais.

Para a conservação dos recursos marinhos, também é seguido o Regime Jurídico dos Espaços Naturais que estabelece a criação de uma rede nacional de áreas protegidas devido a sua relevância para a biodiversidade, recursos naturais, função ecológica, interesse socioeconómico, cultural, turístico e estratégico. Assim, das 46 áreas decretadas, 20 são costeiras e marinhas, com uma superfície de 132.128.95 hectares, cerca de 5% das nossas águas territoriais, sendo que apenas 1,8% detêm um instrumento de gestão.

Segundo a Estratégia e o Plano de Ação Nacional sobre a Biodiversidade, a meta nacional é de até 2025 ter 5% das zonas costeiras e marinhas com um instrumento de gestão aprovado, isto é, áreas marinhas devidamente conservadas, bem como as espécies marinhas e terrestres ameaçadas e prioritárias preservadas e valorizadas até 2025. Para isso, há que necessariamente conhecer os recursos naturais existentes nas nossas águas, por forma a mensurar o seu real valor e compreender a real necessidade de preservação dos mesmos.

### 3.2 Caracterização dos recursos marinhos em Cabo Verde

O país tem registado, no domínio da biodiversidade marinha, significativos ganhos de conhecimento, avaliado pelo número crescente de espécies novas descritas ou assinaladas no arquipélago. Tais ganhos são sobretudo advindos de pesquisas realizadas em associação direta ou indireta com instituições de ensino superior, institutos de investigação e ONGs nacionais e internacionais, que cada vez mais dedicam os seus recursos técnicos e financeiros para uma melhor compreensão da problemática do ambiente e da conservação da natureza.

Estão identificadas atualmente cerca de 1876 espécies marinhas na Zona Económica Exclusiva de Cabo Verde, distribuídas em flora (Cianofitas, Clorofitas, Rodofitas e Feofitas) e fauna (Poríferas, Cnidários, Moluscos, Artropodas, Equinodermes e Cordados) (Soest, 1993; Rolan, 2005; Wirtz, 2009; Entrambasaguas, 2008; Lopes, 2010; Wirtz, et al, 2013; Fernández, 2013; Almeida et al, 2014; Reiner, 2014; Freitas, 2014; Peters et al, 2016; FAO, 2017; González, et al, 2017). Na flora marinha predominam as algas vermelhas pertencentes ao filo Rhodophyta com 234 espécies registadas, incluído 16 endémicas, seguido das algas castanhas do filo Phaeophyta com 53 espécies e dois endemismos, algas verdes do filo Chlorophyta com 59 espécies sendo 2 endémicos e algas azuis, filo Cyanophyta com 9 espécies (Prud'homme, et al; 2005, Almada, 2015).

Estão registadas ainda, duas espécies de gramíneas marinhas, *Halodule wrightii* (Creed et al 2016), *Ruppia maritima* (Martínez-Garrido et al 2017). Na fauna pode-se destacar os seguintes grupos: Os Cnidários que incluem os corais com cerca de 24 espécies registados (1 pertencente a classe hydrozoa e 23 da classe anthozoa, divididas em 3 ordens e 13 famílias) constituem a comunidade coralina cabo-verdiana identificada (Almeida et al, 2014). Entre Crustáceos estão listadas os Decapoda com 141 espécies, agrupados em 83 géneros e 40 famílias marinhos em Cabo Verde (Turkay, 1982; Gonzalez et al, 2017).

**Tabela 1: Situação atual da biodiversidade marinha em Cabo Verde**

Biodiversidade Marinha	2009	2017	Endémicos
<b>Total</b>		2132	
<b>Flora / Plantas:</b>	<b>330</b>	<b>348</b>	<b>20</b>
<b>Espermatófitas</b>		2	
Chlorophyta (Algas verdes)	57	59	2
Phaeophyta (Algas castanhas)	53	53	2
Rhodophyta (Algas vermelhas)	220	234	16
<b>Fauna / Animais:</b>		<b>1784</b>	<b>109</b>
<b>Cordados marinhos:</b>			
<b>Tunicados</b>		8	
<b>Peixes</b>	674	674	17
<b>Répteis</b>	5	5	
<b>Aves</b>	9	9	2
<b>Mamíferos</b>	22	23	
<b>Invertebrados marinhos:</b>	562		
<b>Porífera</b>		256	
<b>Briozoa</b>		2	
<b>Cnidários</b>	28	28	
<b>Ctenófora</b>		2	
<b>Moluscos</b>	256	326	90
<b>Artropoda (Crustáceos)</b>	93	141	
<b>Anelídeos</b>	213	213	
<b>Equinodermes</b>		96	

Fontes: REQA, (2009) DNA; Entrambasaguas, et al (2008); Fernández-Gil, C. (Ed.) 2013; Almada, (2015); Do Rosário, (2012); INIDA 2017 - compilação de dados para base de dados Biodiversidade Cabo Verde.

Cerca de 184 espécies de moluscos estão identificadas (Groh, 1983; Rolan, 2005; Lopes, 2010, Tenorio et al, 2014, Afonso & Tenorio, 2014; Cossignani & Fiadeiro, 2014) onde, destacam-se os gastrópodes do género *Conus*, com 56 espécies, dos quais 53 são endémicos (Peters et al, 2016). Numa avaliação do grupo de *Conus* endémicos, seguindo padrões de Lista Vermelha de espécies

em extinção da IUCN, (Peters et al, 2016) constataram que 45,3% das 53 espécies avaliadas em Cabo Verde estão ameaçadas, uma taxa bastante elevada em comparação com 7,4% de 579 espécies do resto do mundo.

Dos equinodermos de Cabo Verde estão reconhecidas um total de 97 espécies, com 37 espécies pertencentes a Classe Asteroidea (5 ordens, 12 famílias, 26 géneros), 27 na Ophiuroidea (4 ordens, 10 famílias, 16 géneros), 18 na classe Echinoidea (8 ordens, 10 famílias) e 15 nas Holothuroidea (4 órdenes, 8 famílias, 9 géneros) (Entrambasaguas, 2008).

De acordo com os dados publicados pela FAO na Fishbase, (2017), existe uma lista que inclui 667 espécies de peixes identificadas no arquipélago, das quais 607 consideradas nativas, com 17 endemismos. Destaca-se de 36% das 58 espécies de peixes cartilaginosos do arquipélago estão consideradas como ameaçados a nível global (Wirtz et al, 2013; Reiner, 2014; Freitas, 2014; Fishbase, 2017).

Em relação aos répteis marinhos, é possível encontrar a presença de 5 espécies de tartarugas marinhas: *Caretta caretta*, *Lepidochelys olivácea*, *Chelonia mydas*, *Eretmochelys imbricata*, e *Dermochelys coriacea* (López-Jurado et al, 2000; DNA, 2015, 2016), das quais as três primeiras com registo nacional de nidificação. Todas as espécies estão incluídas na lista de espécies ameaçadas de extinção em Cabo Verde (Leyens & Lobin, 1996). Salienta-se, ainda, que o arquipélago é o terceiro maior local no mundo e o segundo no atlântico de desova da espécie *Caretta caretta* (Abella, 2010).

A lista de mamíferos marinhos que ocorrem em Cabo Verde inclui atualmente 23 espécies, dos quais 17 são considerados nativos (Hazevoet & Wenzel 2000; Hazevoet et al, 2010; Hazevoet et al, 2011; Torda et al, 2010; López-Suárez et al, 2012; Wenzel & López-Suárez 2012; Ryan et al, 2013; Van Waerebeek, 2013; Ryan et al, 2014;) e 3 considerados ameaçados, a nível global, pela IUNC internacional (Reilly et al, 2008; Taylor et al, 2008, 2011, 2012, 2013).

Cabo Verde é considerado pela BirdLife International, uma importante área de aves e graças às suas comunidades coralinas, o país está entre os principais centros de endemismos mundiais (hot spot), ocupando o 11 º lugar. Consiste igualmente na segunda maior área de nidificação no Atlântico Norte da tartaruga comum (*Caretta caretta*), bem como uma importante zona de

reprodução e alimentação para as baleias-de-bossa (*Megaptera novaeangliea*). A Biodiversidade marinha é bastante diversificada ainda que pouco conhecida.

Os conhecimentos sobre a biodiversidade marinha taxonómica, têm vindo a aumentar e a serem aprofundados através de uma maior elucidação taxonómica de determinados taxon e taxa, de grandes grupos como peixes, crustáceos e mamíferos marinhos.

Também, sabe-se hoje que, num ecossistema de arquipélago oceânico e tropical como Cabo Verde, a persistência a longo prazo de um isolamento ecológico entre ilhas, estará na origem da forte diferenciação e processos de especiação, resultando em altos índices de biodiversidade marinha específica, taxonómica, ecológica, genética e funcional (Medina et al, 2007). É assim, que está demonstrado que, ao nível das populações de espécies demersais costeiras, as ilhas mais isoladas tendem a sofrer uma evolução independente em termos de variação ontogenética do fenótipo, como demonstrado para a Ilha do Fogo (Medina et al, 2008), em relação a garoupa (*Cephalopholis taeniops*).

A produção marinha que alimenta a vida vegetal e animal no mar e, em última escala, a pesca, por razões de natureza climática e antrópica tem vindo a diminuir, face aos desfasamentos naturais constatados nos ciclos sazonais de nutrientes por via atmosférica (chuva e poeiras do deserto - "Serração do Natal" ou pó di terra), marinha (ressurgência de águas profundas - Upwelling) ou terrestre (chuva e lixiviação dos solos por escorrimento superficial). No primeiro caso, quando as causas são naturais, os impactos tornam-se de difícil mitigação. Entretanto, quando são antrópicas, como no caso de diminuição do caudal de água e nutrientes que entram, anualmente, no mar em determinadas regiões e ilhas, devido a construção de barragens, tais causas devem ser mais bem estudadas e os impactos mitigados visando um desenvolvimento agrícola equilibrado, sem afetar a pesca e outras atividades a jusante (DNA, 2015).

É importante ressaltar que ainda existem limitadas pesquisas científicas em matéria de estrutura de populações marinhas costeiras em Cabo Verde, para se evitar a perda de recursos genéticos e da biodiversidade relacionadas com a pesca, ou ainda para fins de conservação e gestão, as populações das ilhas espacialmente distintas, assim devem ser consideradas como unidades discretas de gestão, o que, à luz do Código de Conduta da FAO remete para uma pesca responsável, que representa um princípio de abordagem preventiva (FAO, 1995).

Em relação a biodiversidade marinha genética é de salientar uma tendência positiva na evolução dos conhecimentos, embora seja notório em menor expressão em comparação a biodiversidade terrestre, pois devido a natureza insular são muito mais complexos, exigindo um maior investimento em tempo, recursos financeiros e equipamentos de pesquisa adequados. Normalmente esta mobilização tem acontecido através de parcerias instituições estrangeiras, mas que cada vez mais tem tido uma expressão nacional maior.

Uma proposição muito válida tem sido a construção de um Observatório Nacional de Biodiversidade que permitirá potenciar convenientemente os avanços conseguidos sobre o conhecimento da biodiversidade a nível nacional, de forma difusa e avulsa, por forma a uma melhor coesão nas decisões nacionais par a conservação e utilização dos recursos naturais, contribuindo substancialmente para o desenvolvimento sustentável, bem como de conhecer e acompanhar os potenciais impactos causados pela ação do homem e/ou pelas constantes alterações climáticas.



## **CAPÍTULO IV – Impacto das mudanças climáticas no uso sustentável dos recursos marinhos**

Em dezembro de 2017, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu, para os anos de 2021 a 2030, a Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável. O propósito é incentivar os pesquisadores, os governos e a sociedade civil a desenvolverem ações que auxiliem no cumprimento do Objetivo 14: "Vida na água", da lista dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), cujo tema é a "conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável". A ideia é utilizar a ciência e a tecnologia para alcançar a sustentabilidade da vida marinha, uma mobilização que se mostra urgente devido a uma série de fatores, entre eles a poluição nos oceanos e áreas costeiras e as mudanças climáticas.

As interligações entre a biodiversidade, as mudanças climáticas e o desenvolvimento sustentável foram reconhecidas tanto pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) como pela Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), bem como em outros fóruns internacionais. Pode ser encontrado no artigo 2º da UNFCCC o reconhecimento da importância de limitar as mudanças climáticas a um nível que permita aos ecossistemas se adaptarem naturalmente às mudanças climáticas. Por outro lado, a CBD adotou uma série de decisões sobre biodiversidade e mudanças climáticas e, em 2001, formou um Grupo de especialistas técnicos sobre Biodiversidade e Mudanças Climáticas, para considerar os possíveis impactos negativos das atividades relacionadas às alterações climáticas sobre a biodiversidade, identificar o papel da biodiversidade na mitigação das alterações climáticas e identificar as oportunidades para alcançar mudanças climáticas e os benefícios da biodiversidade (Secretariat of the Convention on Biological Diversity, 2009).

Nos últimos dois séculos, a influência do homem sobre os ecossistemas aumentou de modo significativo, crescendo a um ritmo sem precedentes. A ação antrópica e seus impactos, antes bem localizados e restritos, estenderam-se gradualmente e em muitos casos hoje afetam todo o planeta. O conjunto de alterações climáticas a nível planetário passou então a ser o agente impactante, somado às ações antrópicas, independente de suas causas (Berchez et al, 2008).

Diversos agentes locais e globais têm contribuído, de forma isolada ou combinada, para a degradação da vida marinha, como o aquecimento global, despejo de esgoto sem tratamento,

lixiviação de químicos de áreas agrícolas e outras atividades. Os diferentes ecossistemas marinhos estão conectados pela troca constante de nutrientes e de organismos que, muitas vezes, habitam diferentes ambientes dependendo da sua fase de vida, como na época da reprodução. Se um desses ecossistemas for modificado, todo o ciclo biológico desses mesmos organismos, é afetado, o que poderá levar até a sua extinção (Piacentini, 2019).

As condições de vida em todos os mares do planeta têm vindo a sofrer grandes alterações devido ao fenómeno das mudanças climáticas. A temperatura das águas superficiais tem aumentado, a base de toda a cadeia alimentar tem vindo a diminuir e as correntes marinhas estão a mudar. Com a soma destes fatores observa-se as mudanças de comportamento, abundância e ocorrência sazonal das espécies marinhas.

As mudanças climáticas são caracterizadas como uma questão complexa que já está a afetar a todos os seres vivos. Atualmente, existe um consenso global dos riscos quanto aos efeitos nos ecossistemas, na qualidade de vida humana, tais como disponibilidade de água, produção de alimentos, saúde, biodiversidade, proteção e desastres naturais, com implicações socioeconômicas e políticas (The Worldwatch Institute, 2014).

Muitas questões com as quais nos defrontamos hoje, como perda florestal, erosão do solo, eventos climáticos extremos, salinização e perda da biodiversidade, também eram existentes no passado. Contudo, a diferença está na escala, na velocidade e na amplitude do processo.

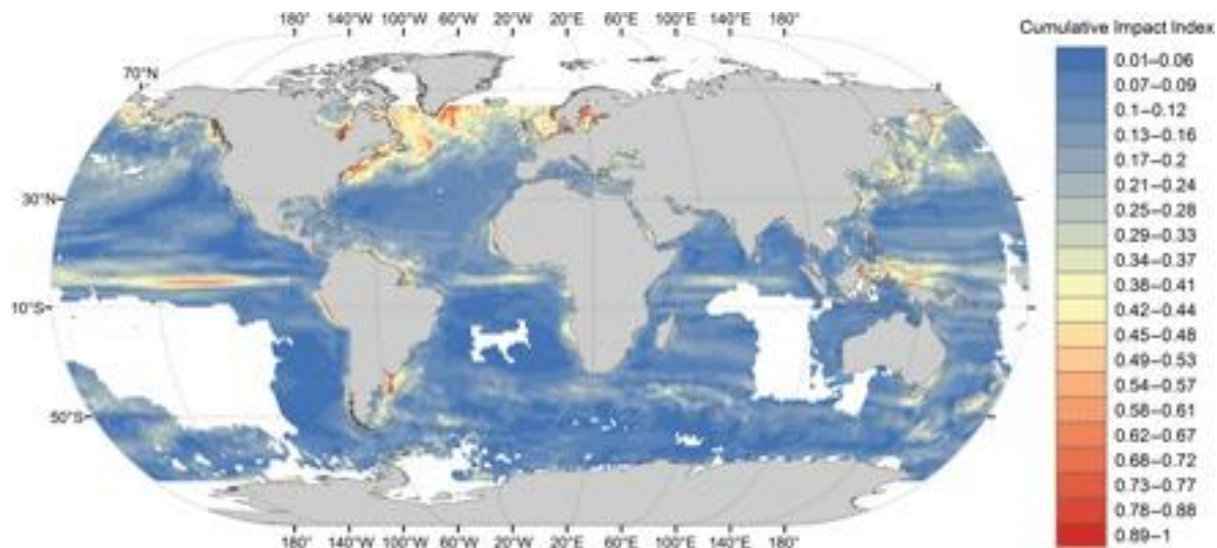
A previsão do que pode acontecer com os oceanos em função das mudanças climáticas depende do levantamento de informações consistentes sobre a relação entre as ações humanas, os oceanos, os ecossistemas e a atmosfera e da análise dos cenários das causas que desencadeiam mudanças nestas relações. Contudo, uma avaliação mais precisa da magnitude e abrangência destas alterações é dificultada pela carência de dados sobre o funcionamento dos ecossistemas costeiros e oceânicos em larga escala temporal e espacial (Turra et al, 2013).

Segundo um estudo sobre o impacto das mudanças climáticas sobre o meio marinho, elaborado em 2017, os seus autores reafirmaram que o aquecimento oceânico afeta especialmente as águas superficiais, sendo que é nessa fina camada de água onde a vida marinha começa com a produção de *fitoplâncton*, identificada como produção primária. Esse verdor é o que sustenta toda a cadeia trófica, do *krill* às baleias, passando pelos albatrozes e os tubarões. A correlação é direta, as águas

superficiais aquecem, a produção de clorofila diminui e as correntes se desaceleram (Ramírez et al, 2017).

O estudo, mostra duas tendências contrapostas. Por um lado, que o aquecimento das águas superficiais não parou de aumentar desde a década de 1980, e por outro, que a concentração de clorofila por metro cúbico vem diminuindo desde então. Também foi medido uma terceira variável: as correntes marinhas, responsáveis por distribuir o calor por todo o planeta, afetando o clima como um todo, que embora haja uma grande heterogeneidade, em geral esses rios marinhos estão se desacelerando.

O mapa que se segue apresenta o índice de impacto cumulativo de alterações igualmente ponderadas na temperatura superficial do mar clorofila (produtividade primária) e correntes oceânicas. As cores representam um índice adimensional de impacto global (Índice de Impacto Cumulativo) que varia de 0 (sem alteração) a 1 (alteração máxima), fornecendo uma medida de heterogeneidade espacial na magnitude das mudanças ambientais e destacando as áreas marinhas que sofreram as maiores mudanças em suas condições ambientais.



Fonte: F. Ramírez, I. Afán, L. S. Davis Y A. Chiaradia, **Global distribution of cumulative environmental impacts, 2017.**

Figura 2 - Distribuição global dos impactos acumulativos ambientais

Assim, diante da gravidade, complexidade e do quadro crescente de incertezas relacionadas às mudanças climáticas dos pontos de vista ambiental e da saúde humana, é urgente a identificação de alternativas voltadas à adaptação e mitigação das novas condições de vulnerabilidade impostas.

O aumento do nível da água do mar, a acidificação dos oceanos, o aquecimento dos oceanos, que resulta das mudanças climáticas, traz juntamente impactos que podem ser irreversíveis, colocando em causa a sustentabilidade dos recursos marinhos.

Calcula-se que, durante o século 20, em média, o nível do mar subiu de 1,7 mm por ano, ou seja, 17 cm em 100 anos. As atuais projeções a nível mundial apontam para um aumento do nível do mar na ordem de 30 a 50 cm, no período 1990-2100 (INMG, 2018).

Considerando a realidade de um país arquipélago como Cabo Verde, em que a maior parte da sua população vive na orla costeira, quase toda área costeira nacional e os seus ecossistemas são vulneráveis a qualquer mudança que se verificar, quer na temperatura, quer na precipitação ou na variação do nível do mar, incluindo incidentes decorrentes dos extremos do mar. A subida do nível do mar teria um impacto direto no que respeita a submersão e erosão costeira, aumento de áreas inundáveis e salinidade de pequenos estuários, ribeiras e águas costeiras (INMG, 2018).

Um outro impacto causado pelas mudanças climáticas está relacionado ao aumento de gás carbônico na atmosfera e na sua capacidade de dissolução na água do mar, levando a acidificação dos oceanos.

As consequências da acidificação dos oceanos nos organismos marinhos estão diretamente ligadas às características metabólicas e estruturais da espécie, níveis de atividade e aspetos do ciclo de vida. Estudos sobre os efeitos da acidificação foram realizados em diversos grupos de organismos marinhos revelando impactos no metabolismo, crescimento e calcificação, expressão gênica, sistema imunológico e estrutura da comunidade, que poderiam produzir efeitos devastadores na cadeia alimentar e nos ecossistemas. Alterações em funções fisiológicas fundamentais, como na respiração e no sistema nervoso, além de mudanças comportamentais, são motivos de grande preocupação para os cientistas (Widdicombe et al, 2008).

O aumento da temperatura do ar e da água afeta diretamente os organismos, tanto da região entre marés, quanto do infralitoral. Os picos de temperatura no ar e insolação podem não ser tolerados

por animais e algas presentes nestas zonas, deixando assim de ocorrer determinadas espécies em determinados locais (Jacobi et al, 2015), o que leva igualmente a um distúrbio nas zonas de concentração de peixes e, conseqüentemente, da atividade da pesca.

Um aumento da temperatura poderá afetar a idade da maturação sexual, sincronismo de desova, tempo de incubação, crescimento e sobrevivência de determinadas espécies de peixes. A distribuição, a abundância e a migração de várias espécies de plâncton, peixes, tartarugas marinhas, aves e mamíferos também podem ser afetados pela temperatura (Beare et al. 2004, Robinson et al, 2005). As tartarugas marinhas constituem um dos grupos mais vulneráveis aos efeitos das alterações climáticas, pois são afetadas por alterações nas correntes marítimas e pelo aumento da temperatura nos ninhos, alterando a relação entre fêmeas e machos da espécie (Hays et al., 2002, Weishampel et al., 2004, Laloë, 2017).

As praias de postura também são vulneráveis a quaisquer alterações do nível médio da água do mar, nas condições de frequência de ondas e de tempestade. Este impacto se torna eminente para o nosso arquipélago, uma vez que as ilhas com maior frequência de desova das tartarugas marinhas são ilhas planas (Boavista, Sal e Maio).

Cabo Verde, por ser o terceiro país de maior importância para a desova da espécie de tartaruga marinhas, *Caretta caretta*, poderá ser grandemente afetada por estes fenômenos advindos das mudanças climáticas (Rendall et al, 2018).

Também, o aumento da temperatura pode reduzir a fotossíntese em algumas algas marinhas, que crescem menos, reduzindo o alimento disponível a herbívoros e gerando conseqüências em diversos níveis da cadeia alimentar. Por outro lado, o aumento da temperatura permite que espécies tropicais e subtropicais que não toleram baixas temperaturas alterem sua área de ocorrência, ampliando suas distribuições geográficas em direção às maiores latitudes (Jacobi et al, 2015).

A biodiversidade marinha, particularmente os corais, os répteis (tartarugas), as aves e os peixes são vulneráveis aos impactos das alterações climáticas, uma vez que os ecossistemas onde estão integrados já enfrentam inúmeras pressões antrópicas. Um aumento das intensidades de vento de tempestades tropicais, poderão levar a um aumento da erosão e destruir os ecossistemas costeiros (IPCC, 2001a).

Nesse contexto, criar oportunidades para que o fenômeno natural de adaptação aconteça, torna-se uma das bases estratégicas para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas. A criação, bem como a gestão adequada de áreas marinhas protegidas, são formas de possibilitar condições favoráveis para as populações naturais terem variabilidade genética e garantirem ou ampliem a sua capacidade de adaptação, sem serem largamente afetadas por outros agentes impactantes. É importante ressaltar, que o aumento da temperatura e a acidificação dos oceanos estão a operar sobre ecossistemas que já vêm sendo afetados por impactos das mais variadas formas e magnitudes, como a poluição marinha, os aterros e a sobrepesca, que acabam por levar a diminuição da resiliência, ou seja, a capacidade de um dado ecossistema recuperar-se após ser impactado. Assim, os efeitos sinérgicos dos impactos locais com os globais podem trazer consequências mais drásticas do que as previstas. Neste sentido, é fundamental que ações feitas para reduzir os impactos locais e globais ocorram paralelamente e que os ambientes marinhos sejam monitorados para que se possa entender quais mudanças estão, de fato, acontecendo e de que forma estão a impactar os ecossistemas e a sociedade.

Entre as medidas diretas para avaliar a questão sobre as mudanças climáticas e propor soluções, estão a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC em inglês), em 1992, o Protocolo de Kyoto, formado em 1997 e a criação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (sigla IPCC em inglês), criado em 1988.

O mais recente tratado internacional no âmbito das mudanças climáticas destaca o Acordo de Paris, adotado em 2015, durante a 21ª Conferência das Partes da UNFCCC que ocorreu em Paris. Este acordo, aprovado por 195 países participantes visa fortalecer a resposta global à ameaça das mudanças climáticas, que por decisão unânime todos comprometeram em reduzir emissões de gases de efeito estufa. Isso se resume em manter a temperatura média da Terra abaixo de 2 °C, acima dos níveis pré-industriais. Além dos esforços para limitar o aumento da temperatura até 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais.

Cada país tem o compromisso de encontrar meios, definir políticas, incentivar ações que visem atingir as metas assumidas.

Cabo Verde, por sua vez, sendo Parte da UNFCCC, também considera a importância do cumprimento deste compromisso global e tem assumido esta postura na IX Legislatura, criando condições para que o país reduza a emissão dos gases de efeitos de estufa. Iniciativas como a

utilização de energias renováveis para o consumo nacional e a mobilidade elétrica, são aqui destacadas, pois visam a diminuição da queima de combustíveis fósseis do país, impulsionando a redução da emissão de gases para a atmosfera, por parte do país.

A iniciativa da Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável deve mobilizar comunidade científica, legisladores, setores público e privado, além da sociedade civil para o cumprimento do Objetivo 14, consolidando os esforços da Comissão Oceanográfica da UNESCO de impulsionar a cooperação internacional em ciências oceânicas, fornecer clareza sobre a forma como será feita a coordenação internacional para pesquisas em ciências marinhas e transferência de tecnologias e facilitando uma melhor planificação e gestão do espaço marítimo e dos recursos oceânicos e costeiros.

Apesar dos cenários dramáticos que já estão a impactar vários ecossistemas e que foram projetados por vários estudos, permanece a esperança de que façamos as escolhas certas como indivíduos e como sociedade que leve a sobrevivência do planeta e alcance a sustentabilidade global. Campo onde as ONGs de caráter ambiental têm trabalhado para aumentar a consciencialização da necessidade urgente da mudança de atitude perante o uso do nosso planeta mar.

## **CAPÍTULO V –ONGs e sua contribuição para a sustentabilidade dos recursos marinhos em Cabo Verde**

### **5.1 Identificação das ONGs que atuam no sector marinho em CV**

Concernente à criação de organizações sem fins lucrativos com foco na preservação específica dos recursos marinhos, verifica-se que a nível nacional é bastante recente, de acordo com a tabela 2.

Pelos dados recolhidos, somente no início do século XXI, mais precisamente em 2003, é que a nível nacional foi criada a primeira organização da sociedade civil sem fins lucrativos, de nome Natura 2000 na ilha da Boavista, com o objetivo de promover o conhecimento e a defesa do ambiente marinho, conservando os seus recursos e ecossistemas para a preservação do património histórico e arquipelágico (BO nº 24 de 27 de junho de 2003, registada sob o n.º 5437/2003).

Contudo, verifica-se que a preservação ambiental, consequentemente a preservação dos recursos marinhos, tem sido tratado de forma transversal por diversas ONGs que atuam em outras áreas de intervenção bem como associações de comunidades locais (Estudo Diagnostico das ONGs, 2015).

Segundo o levantamento feito, no total existem 12 ONGs que têm o foco na conservação, proteção e investigação dos recursos marinhos, de acordo com a tabela acima apresentada.

Essas ONGs que trabalham com o foco na preservação dos recursos marinhos têm, na sua maioria, a mesma trajetória de criação. Trabalhar na monitorização e conservação das tartarugas marinhas na ilha especifica onde estão inseridos o grupo, levando a população local informações para uma mudança de paradigma do uso dos recursos marinhos e sensibilizando a todos para a necessidade de maior compromisso na preservação ambiental. Com a implementação das atividades, ao longo dos anos, experiências foram sendo adquiridas, projetos implementados com financiamentos nacionais e internacionais, o que levou a um maior conhecimento local e especificação dos objetivos mediante as suas capacidades, conhecimentos, abrangência e financiamento.

Assim, podemos encontrar nas ilhas de São Vicente, Sal, Boavista, Maio e Fogo, ONGs com uma estrutura mais forte, com maior capacidade em conseguir financiamentos externos e com maior enfoque na investigação científica, ressaltando que o leque de espécies abrangidas é bem diversificada, comparativamente a outras ilhas como Santo Antão, São Nicolau, Santiago e Brava,



onde as organizações estão mais voltadas para a monitorização e sensibilização das tartarugas marinhas e aves marinhas, mesmo referindo outras espécies abrangidas.

*Tabela 2: Organizações Não Governamentais que tem intervenção direta na conservação dos recursos marinhos em Cabo Verde.*

<b>Organização/Associação</b>	<b>Recursos Marinhos - Foco</b>	<b>Objetivo da organização</b>	<b>Local de intervenção</b>	<b>Ano de criação</b>
<b>Associação de biólogos de Cabo Verde – ABICV</b>	tartarugas, aves, cetáceos	Monitorização, avaliação dos recursos marinhos	São Nicolau	2015
<b>BIOS.CV</b>	tartarugas, aves, cetáceos, corais	conservação, proteção ambiental e investigação científica	Boavista	2013
<b>BIOSFERA I</b>	tartarugas, tubarão, aves	Conservação e monitorização dos recursos e espaços marinhos e terrestres; sensibilização	São Vicente e Santa Luzia e ilhéus Branco e Raso, Norte do país	2010
<b>ECO-CV</b>	tartarugas, cetáceos, corais	Monitorização dos recursos naturais, sensibilização, investigação e gestão	Santiago	2015
<b>Fundação Maio Biodiversidade</b>	tartarugas, aves, cetáceos, tubarão	Conservação e monitorização dos recursos e espaços naturais, sensibilização e desenvolvimento comunitário	Maio	2010
<b>Fundação Tartaruga</b>	tartarugas	Conservação e Proteção das TM	Boavista	2012

<b>Lantuna</b>	aves	conservação, sensibilização e divulgação	Santiago	2013
<b>MARALLIANCE</b>	Tubarão, raias	Monitorização dos recursos marinhos, conhecimento e gestão	Boavista	2015
<b>Natura 2000</b>	tartarugas	Conservação e Proteção das tartarugas marinhas e investigação	Boavista	2003
<b>Projeto Biodiversidade Sal</b>	tartarugas, aves, cetáceos,	Conservação e promoção da sustentabilidade	Sal	2015
<b>Projeto Vitó Fogo</b>	tartarugas, aves,	Conservação dos recursos marinhos e terrestres, sensibilização, apoio na implementação dos planos nacionais	Fogo e ilhéus Rombo	2009
<b>Projeto Vitó Porto Novo</b>	tartarugas	Conservação, Proteção das TM	Porto Novo, Santo Antão	2011

A conservação dos recursos marinhos levou a criação de mais de uma dezena de ONGs após a primeira década do ano 2000.

De acordo com a metodologia utilizada, esta pesquisa foi desenvolvida, considerando apenas ONGs com foco na conservação dos recursos marinhos. Devido a transversalidade do tema, podemos encontrar diversas organizações nacionais que têm como um dos seus objetivos a preservação ambiental e dos recursos naturais, pois reconhecem a importância da conservação. Contudo, o seu enfoque específico é o desenvolvimento comunitário ou o empoderamento local, o que determinou a sua exclusão neste estudo. Neste sentido, foram consideradas neste estudo 12 ONGs as quais foram inquiridas e são aqui apresentados os resultados.

É de salientar também que a nível nacional existem outras organizações não governamentais que tratam as questões ambientais específicas, mas no âmbito da conservação dos recursos terrestres.

Das informações recolhidas durante o trabalho de pesquisa um dado importante permitiu-nos aventar as possibilidades de que a insularidade pode ser uma das causas da criação de tantas ONGs, visto que os custos de manutenção dos escritórios é referido como um obstáculo, levando assim a iniciativas locais para a criação de, pelo menos, uma organização com foco na preservação dos recursos marinhos, em cada ilha.

A ilha da Boavista é a ilha com mais ONGs a atuar no campo de conservação marinha tendo cerca de 4 organizações e todas surgiram por iniciativa de estrangeiros. Os nacionais também fazem parte dessas organizações e em algumas delas têm a responsabilidade de coordenar um setor dentro da ONG. Também, nesta mesma ilha existe uma associação comunitária, Associação Varandinha, que tem colocado na sua agenda, como prioridade, as questões de preservação dos recursos marinhos, tem contribuído para uma criação da consciência ambiental da comunidade de Povoação Velha. Todas estas 4 organizações (Natura 2000, Fundação Tartaruga, Bios.CV e Maralliance) têm trabalhado na conservação das tartarugas marinhas, sendo que 2 dessas organizações, Bios.CV e Maralliance, atuam na identificação e conservação de outros recursos marinhos como tubarões, raias, cetáceos, aves e corais.

As tartarugas marinhas aparecem como o primeiro recurso marinho na qual o foco para a sua preservação levou a criação de ONGs em todo o país. Isto justifica-se pelo facto de ser uma espécie emblemática, protegida a nível nacional e internacional e que se encontra em perigo de extinção.

Também por Cabo Verde, por ser o 3º maior local de desova da espécie *Caretta caretta* no mundo (Elena A. 2010), tem merecido uma atenção especial das organizações e por ser a ilha da Boavista a ilha com cerca de 75% da desova a nível nacional (Relatório Nacional da campanha de conservação das tartarugas marinhas, 2017), é de se entender o número de ONGs que atuam nesta matéria na ilha da Boavista. Vale frisar que foi precisamente na ilha da Boavista onde se iniciaram as ações de conservação específicas num grupo de espécie marinha, as tartarugas marinhas. Com o desenvolvimento de um projeto chamado Natura 2000 em 1999, levou a criação da primeira ONGs de carácter estritamente voltada a conservação de recursos marinhos. Também, podemos encontrar na ilha da Boavista o maior número de áreas protegidas, que em qualquer outra ilha, albergando cerca de 14 áreas, representando 31% das áreas terrestres da ilha, existentes e 21% das

áreas marinhas declaradas na ilha. Ainda, devido ao crescimento acelerado do turismo nesta ilha, a pressão tem vindo a aumentar sobre os recursos naturais o que tem levando a autoridade ambiental nacional, a considerá-la como uma das ilhas prioritárias para a implementação de atividades de conservação de espécies e espaços naturais.

A ilha da Brava dispõe de uma organização de carácter comunitária, a Biflores, que trabalha a questão da conservação ambiental e especificamente na conservação das tartarugas marinhas. Uma organização recentemente formada, em finais de 2017, que veio a cobrir a lacuna existente na ilha, com relação a esta abordagem e enfoque na conservação de recursos naturais, principalmente nos ilhéus Rombo que jurisdicionalmente pertencem à ilha Brava. A sensibilização da população local é um dos objetivos desta organização, para além da monitorização da fauna e flora da ilha. Diferentemente de todas as outras ilhas do arquipélago, na ilha Brava não existe nenhuma área protegida, e por este motivo pode-se concluir a razão deste tardio engajamento a nível local, no sentido de preservação ambiental e dos recursos naturais.

Assim, pode-se constatar que a criação de outras organizações em todo o arquipélago de Cabo Verde tem iniciado as suas atividades na monitorização e preservação das tartarugas marinhas em áreas ou praias não abrangidas pelas organizações já existentes. Isto pode ser usado como um dos indicadores dos trabalhos de sensibilização feito ao longo das últimas 2 décadas.

Vale destacar que existem muitas outras associações comunitárias nas ilhas como Santo Antão, São Vicente, São Nicolau e Santiago, que desenvolvem atividades de monitorização das tartarugas marinha e de sensibilização nas épocas de desova, que tem levado as suas comunidades uma mensagem positiva e de consciencialização para a preservação das espécies e seus habitats, bem como os envolver nas ações de monitorização e conservação das espécies como as tartarugas marinhas (DNA, 2015).

De acordo com a pesquisa verificou-se que as espécies alvo de ações de conservação, monitorização, estudos científicos e gestão, são as tartarugas, as aves, os cetáceos, os tubarões, as raias e os corais.

Excetuando duas ONGs identificadas no quadro 2, a Lantuna e Maralliance, todas as demais trabalham ou já trabalharam na conservação das tartarugas marinhas, sendo que uma boa parte

vem alargando a sua abrangência de atuação na conservação de outras espécies marinhas como as aves, cetáceos, tubarão e peixes.

Na figura que se segue podemos encontrar as espécies alvo de conservação, pelas diferentes organizações e as mais abrangidas pelas atividades das ONGs a nível nacional, sendo dez ONGs identificadas que trabalham na conservação das tartarugas marinhas, sete com aves marinhas, cinco com cetáceos, três com tubarões e dois com corais.



Figura 3 - Número de espécies abrangidas pelas 12 ONGs que atua na conservação dos recursos marinhos em Cabo Verde

Como referido anteriormente, as tartarugas marinhas foram e têm sido as primeiras espécies alvo de proteção a nível nacional. pelas ONGs, e com o desenvolvimento dos trabalhos de conservação têm levado a abrangência de outras espécies, de igual modo importantes para o ecossistema marinho do país, como as aves, cetáceos, tubarão, raias e corais.

De acordo com o inquérito aplicado nesta pesquisa, com o objetivo de se conhecer plenamente essas ONGs, todas elas têm conhecimento dos trabalhos desenvolvidos pelas suas homólogas, principalmente as que trabalham com as mesmas espécies. Isso deve-se a existência principalmente de uma Rede Nacional para a Conservação das Tartarugas Marinhas em Cabo Verde, a TAOLA, que tem elevado, nos últimos 10 anos da sua existência, a dinâmica entre ONGs, Associações Comunitárias, bem como outras entidades governamentais que têm nas suas atribuições a conservação das tartarugas marinhas, como a Polícia Nacional, a Direção Nacional do Ambiente, o Instituto Nacional para o Desenvolvimento das Pescas, as Delegações do Ministério da Agricultura e Ambiente, a Direção Geral dos Recursos Marinhos, entre outras. Esta rede tem servido de plataforma para divulgação dos resultados das campanhas de proteção, como também para debater assuntos como a metodologia de recolha de dados, de forma harmonizada, ações de sensibilização necessárias a serem desenvolvidas no âmbito da conservação destas espécies e definir uma estratégia nacional para a conservação das tartarugas marinhas (DNA, 2015).

É notório que os trabalhos de sensibilização sobre a conservação ambiental, no geral, têm sido desenvolvidos, utilizando muitas vezes as tartarugas marinhas como espécie chave a ser preservada. Seguindo esta linha de abordagem, consegue-se perceber uma mudança comportamental acerca da preservação da espécie e de todo o ambiente.

Com relação as aves marinhas, iniciativas de conservação têm tomado proporções maiores, nos últimos anos, pelo aumento do conhecimento sobre a existência de várias espécies endémicas e identificação de grandes ameaças que vêm sofrendo, o que tem levado ao declínio da população a nível nacional. Pelas informações recolhidas junto da Direção Nacional do Ambiente, está a ser implementado um projeto nacional que, para além de facilitar a coleta de dados sobre as espécies existentes, visa conhecer todas as áreas de nidificação e alimentação, bem como conhecer as ameaças eminentes existentes e identificar zonas de maior abundância das espécies, o que pode auxiliar na definição de medidas de gestão adequadas para a conservação das aves marinhas. Assim, com estes dados será elaborado um Plano Nacional de Conservação das Aves Marinhas contendo um plano de ação concreto para preservação de cada espécie.

Devido ao desenvolvimento do referido projeto acima de conservação das aves marinhas, as ONGs que têm colaborado em diversas ações de conservação deste grupo de espécie e começa a planear

a criação de uma rede para a conservação das aves marinhas, por forma a conseguirem a mesma envolvimento, impacto, conhecimento e interesse, ao que já existe a nível das tartarugas marinhas.

Para os cetáceos, já existe um Plano de Conservação para o horizonte 2015-2020, com as diretrizes a serem seguidas a nível nacional e o seu monitoramento vem sendo feito ao longo de mais de uma década, principalmente na ilha da Boavista (DNA, 2015). Também, iniciativa de criação de um grupo para colaborar na identificação das espécies que ocorrem no país, bem como as causas e consequências dos diversos arrojamentos que tem vindo a ocorrer, contribui para a evolução dinâmica dos trabalhos de conservação deste grupo de espécie e maior engajamento entre as diferentes ONGs que tem os cetáceos como uma das espécies eleitas para desenvolvimento de ações de conservação.

Os grupos de espécies de tubarões e raias são alvos de pescaria de barcos nacionais e internacionais, pelo que, para além da conservação das espécies, também têm sido desenvolvidos trabalhos visando a gestão de estoque, de acordo com a Direção Geral dos Recursos Marinhos que é a entidade nacional tutela para gestão dos recursos haliêuticos, em colaboração com o Instituto Nacional para o Desenvolvimento das Pescas. Da nossa pesquisa, apenas 3 das ONGs identificadas, Biosfera I, Maraliance e Fundação Maio Biodiversidade, têm abrangidas as espécies de tubarão e raias nos seus trabalhos de conservação e sensibilização, levando ao conhecimento da população a importância desses grupos de espécies na manutenção do equilíbrio do ecossistema marinho e na saúde marinha. Existe uma grande responsabilidade dessas ONGs no sentido de auxiliarem a desmistificar a popularidade dos tubarões como espécies más e que devem ser mortos, mas pelo contrário, demonstrar que essas espécies são consideradas como policias do mar, pois desempenham um papel crucial como predadores de topo, exercendo efeitos significativos na cadeia alimentar, no controle sobre populações de níveis inferiores (Heithaus et al., 2008).

Os corais são as espécies menos elegidas para desenvolvimento de trabalhos de conservação pelas ONGs, tendo até a data apenas duas organizações identificadas, Bios.CV e Eco.CV. Contudo, existe um Plano de Conservação dos Corais para o horizonte 2015-2020, para a conservação desse grupo de espécies a nível nacional, descrevendo as espécies mais frequentes e as atividades necessárias a serem desenvolvidas para a sua preservação, tendo já identificado ações e estratégias para a conservação das mesmas (DNA, 2015). Verifica-se que poucas atividades têm sido implementadas com vista ao aumento do conhecimento e da conservação dos corais,

nomeadamente o reconhecimento das áreas onde podem ser encontradas e as espécies mais abundantes. Também, alguns trabalhos sobre a identificação das ameaças sofridas têm sido desenvolvidos.

Os Corais apresentam grande importância biológica por serem os sistemas marinhos de grande diversidade. Callum M. Roberts, et al. (2002) elegeram Cabo Verde como um dos onze hotspots de recife de coral classificados por grau de ameaça (nona posição). Este importante artigo publicado sobre Hotspots de Biodiversidade Marinha e Prioridades de Conservação para Recifes Tropicais, descreveu o país como uma zona de elevada importância, mas com grandes ameaças. No arquipélago foram descritas 24 espécies com alta frequência de ocorrência a nível nacional (DNA, 2015). Os ambientes coralinos são também importantes para o homem, porque protegem as regiões costeiras da ação do mar em diversas áreas do litoral. A grande diversidade e quantidade de organismos presentes associa-se em teia alimentar de grande complexidade e por funcionarem como verdadeiros criadouros de peixes, renovam os estoques e, principalmente, no caso de áreas protegidas, favorecem a reposição de populações de áreas densamente exploradas (DNA, 2005).

Assim, verifica-se que as ONGs, aqui identificadas, para além de se especificar na conservação ambiental, têm abrangido a temática marinha no seu todo, virando as suas atenções em espécies específicas, espécies essas muito importantes para a manutenção do equilíbrio marinho nacional e global.

## **5.2 Avaliação das estratégias utilizadas pelas ONGs na conservação dos recursos marinhos**

De entre as ONG que atuam no país cerca de 36,5% intervêm em áreas específicas, de acordo com o Estudo e Diagnóstico das ONGs de Cabo Verde, o que nos leva, então, a afirmar que a maioria das ONG não são especializadas num âmbito específico. (Estudo Diagnostico das ONGs, 2015).

O tema ambiental muitas vezes é um assunto tratado de forma transversal por grande parte das organizações da sociedade civil. É notório a elevação da consciência ambiental e a preocupação para a sua preservação. Um reflexo do que tem acontecido no mundo inteiro é reforçado com as



ações de sensibilização e de educação ambiental implementadas em todo o país, na sua maioria implementadas pelas ONGs.

De acordo com o questionário aplicado as ONGs que atuam na área da conservação dos recursos marinhos em Cabo Verde, todas elas mencionam ter conhecimento dos instrumentos estratégicos em vigor sobre a conservação dos recursos marinhos, nomeadamente os Planos de Conservação das Tartarugas Marinhas, dos Corais e dos Cetáceos. Igualmente referem ter conhecimento de outras iniciativas desenvolvidas a volta da elaboração de Planos de Conservação e Gestão de Tubarão e Plano de Conservação das Aves Marinhas.

Para além desse conhecimento, verificamos que a maioria das organizações estão em consonância com estas estratégias desenvolvidas pelos sucessivos governos no âmbito da conservação dos recursos marinhos (figura 3).

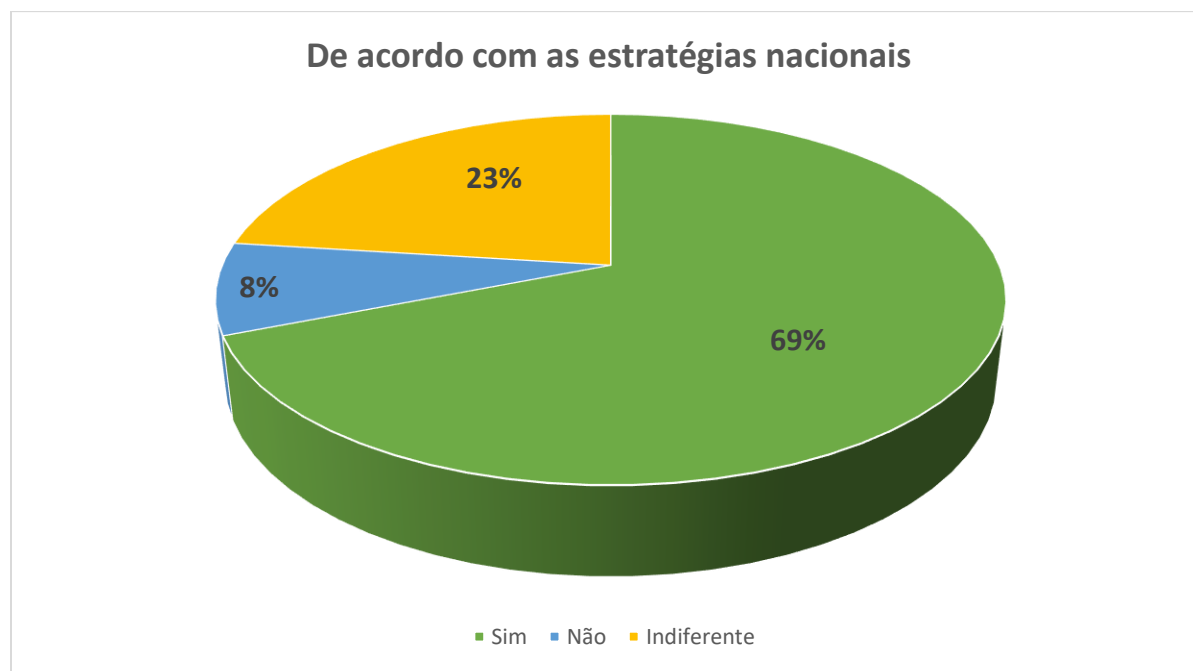


Figura 4 - Percentagem de ONGs de acordo com as estratégias definidas a nível nacional pelos sucessivos governos

Esta aceitação é devido ao envolvimento das mesmas na elaboração dos planos anteriormente referidos e de outras estratégias em que cerca de 69% das ONGs têm participado. Essa envolvimento tem garantido, de certa forma, a implementação desses Planos de Conservação, seguindo as diretrizes definidas e aprovadas que acabam por ser levadas em conta no desenvolvimento dos trabalhos implementados pelas ONGs. Todavia, essas ONGs muitas vezes são as primeiras a tecer

algumas críticas sobre as decisões do Governo na utilização e conservação dos recursos marinhos como, as licenças de pesca dos barcos estrangeiros, as autorizações para pesca de tubarão, as construções autorizadas nas orlas costeiras e muito mais.

Não obstante, estas ONGs consideram que a percepção que o Estado tem sobre as suas atuações é positiva, pela envolvência nas tomadas de decisão e colaboração como parceiro nas ações promovidas por elas. Algumas ONGs mencionam o Estado como o maior parceiro de implementação das suas atividades tanto a nível financeiro como técnico.

A nível geral, também consideram que a aceitação da população perante o exercício das suas atividades atualmente é positiva, não obstante no início da implementação das suas ações terem deparado com pouca envolvência da comunidade. Num estudo desenvolvido na ilha da Boavista sobre a percepção da população da ilha relativamente à conservação das tartarugas marinhas, em 2017, os dados revelaram-se encorajadores. De acordo com o questionário aplicado a cerca de 11% da população residente na ilha, a maioria dos entrevistados considera importante que estas organizações trabalhem para a conservação das tartarugas na Boa Vista e refere também que têm feito bom trabalho. De recordar que, contrariamente a todas as outras ilhas do arquipélago, somente na ilha da Boavista existem 3 ONGs a desenvolverem o trabalho de conservação dos recursos marinhos, mais precisamente as tartarugas marinhas e também uma associação comunitária que faz este trabalho de conservação dentro da comunidade.

As ações específicas de atuação das diferentes ONGs na ilha da Boavista para a conservação dos recursos marinhos, têm sido em proporções diferentes, tendo a monitorização e a sensibilização como atividade comum entre todas as ONGs. Delas, 83% dedicam uma parte do seu orçamento para investigação, para o aumento do conhecimento das espécies e 58%, para além da sensibilização, elegem a educação ambiental como um dos seus objetivos.

Todas essas organizações inquiridas referem a preocupação na implementação das suas ações visando a população, por forma a apresentar e transmitir a abordagem correta ao cuidado com o ambiente, e mostrando a importância da necessidade de preservar os recursos e ecossistemas para o bem-estar e o equilíbrio mundial.

Ao longo da última década, com a criação destas ONGs, diversos trabalhos foram desenvolvidos, expandindo o conhecimento nesta matéria, o que levou a uma maior consciencialização para a

necessidade da preservação dos recursos naturais. Porém, segundo as entidades chave inquiridas como a Direção Nacional do Ambiente, a Direção Geral dos Recursos Marinhos, a Plataforma das ONGs de Cabo Verde, o PNUD e o Programa GEF/SGP, afirmam que para se chegar a sustentabilidade dos recursos marinhos, ainda falta um longo caminho a percorrer, que ainda há muito para se fazer até a mudança de comportamento e a consciencialização desta necessidade.

Na perceção da maioria dessas instituições inquiridas, as ONGs têm trabalhado de forma isolada utilizando as suas próprias metodologias e nem sempre alinhadas com as prioridades nacionais.

De acordo com as respostas dessas entidades, as ONGs têm feito trabalhos pontuais ou específicas para a conservação de uma espécie, carecendo de uma abordagem mais ecossistémica para se atingir a resultados mais consistentes para alcançar a almejada sustentabilidade.

Ganhos significativos sobre a consciencialização da necessidade para a preservação dos recursos marinhos de forma pontuais, como a preservação das tartarugas marinhos e aves marinhas, podem ser assinaladas de forma visíveis. Contudo, falar de sustentabilidade requer uma capacidade de integrar todas as ações desenvolvidas visando resultados positivos para o bem-estar da população, onde possam usufruir dos benefícios económicos direto ou indiretamente, diversificando as suas atividades com base num ambiente saudável, acrescentam os nossos entrevistados.

Não obstante, por unanimidade, essas mesmas instituições chave, vêm que o trabalho desenvolvido pelas ONGs, têm contribuído grandemente para a conservação dos recursos marinhos, pois quando se tem mais informações, a tendência é de se dar mais valor, de se ter uma consciência mais ampla da necessidade de preservar e de contribuir para a manutenção deste equilíbrio ambiental, que na perspectiva de todas, é o percurso que leva a sustentabilidade.

A nível do conhecimento da existência das ONGs que têm desempenhado um papel relevante perante a sociedade cabo-verdiana, apenas duas entidades conseguiram identificar as 12 ONGs existentes. De ressaltar que também foram identificadas algumas associações de carácter comunitário que vêm implementando ações para a conservação ambiental, tais como a Associação Varandinha de Boavista e a Associação Caretta Caretta de Santiago. As demais entidades conseguiram identificar a maioria dessas organizações, de acordo com a figura que se segue (figura 4).

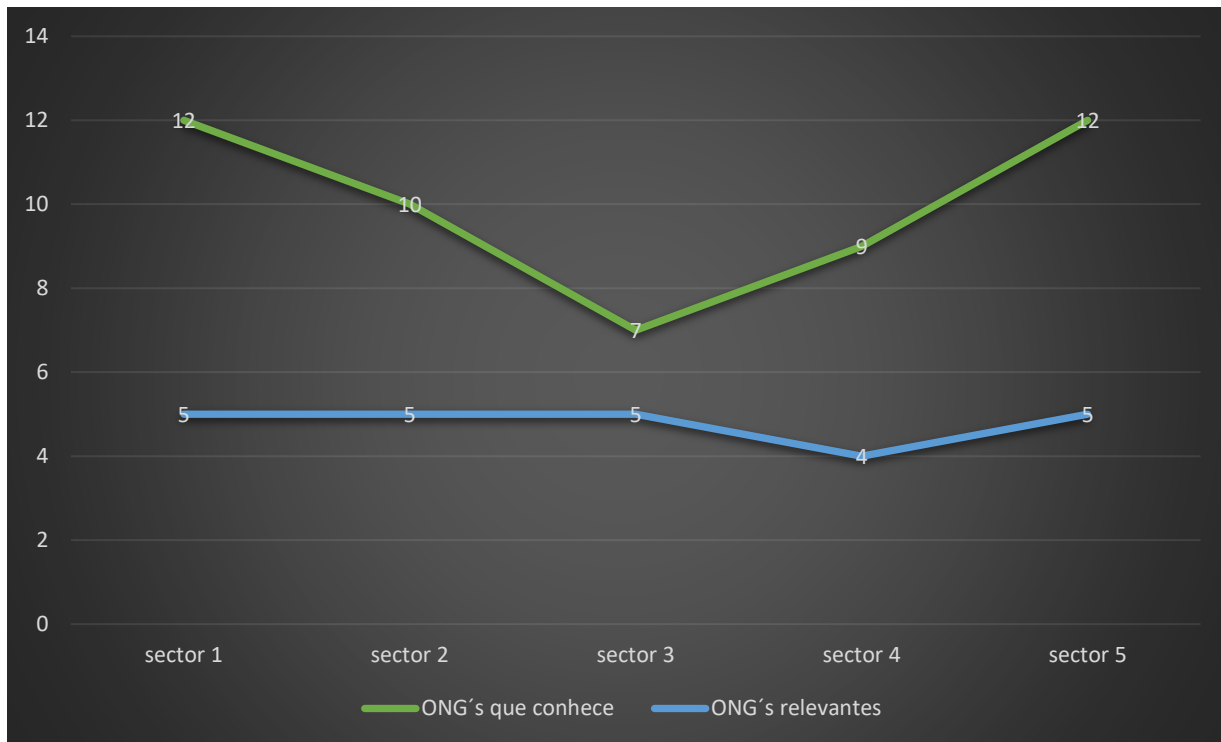


Figura 5 - ONGs que são do conhecimento dos setores e a sua relevância Nacional

De entre uma média de 10 ONGs que é do conhecimento dos sectores chave, apenas a metade delas é considerada relevante ou que tenha desempenhado um papel crítico, com ações que notoriamente tem levado a uma nova abordagem do paradigma atual de conservação e elevado o senso crítico da população, que leva a uma mudança de comportamento da população cabo-verdiana. São elas a Bios.CV, Biosfera I, Fundação Maio Biodiversidade, Fundação Tartaruga e Projeto Vitó-Fogo. Todas estas organizações têm eleito a educação ambiental de forma dinâmica, não convencional, como uma das atividades prioritárias das suas atuações durante todo o ano e isso tem contribuído para uma maior visibilidade das mesmas. Também, essas ONGs vêm-se aprimorando nas suas formas de divulgar conhecimento, informações, demarcando claramente as suas posições perante a sociedade e perante o governo, tanto local como nacional.

Com estratégias que muitas vezes variam, de acordo com os financiamentos obtidos, que de certa forma mostra uma fragilidade organizacional, apenas foi identificado uma ONG que possui uma estratégia elaborada a qual é seguida, a ONG Biosfera I, tendo a vigência de 5 anos, e que no momento está sendo revisada por forma a alargar as suas ações. Outras ONGs referiram que

seguem um plano de ação anual. De ressaltar que algumas ONGs como o Projeto Vitó-Fogo, Fundação Maio Biodiversidade, Natura 2000, Bios.CV, Biosfera I e Fundação Tartaruga, têm sido desafiados, por doadores externo, para uma reestruturação organizacional, levando a consolidação da organização e visando melhorar os seus desempenhos perante a sociedade.

Os resultados desta pesquisa trouxe a tona a necessidade de uma maior capacitação das ONGs em áreas como a gestão de projetos, técnicas de elaboração e de monitorização de projetos, formação na área de liderança e gestão associativa, por forma a melhorar as suas performances perante as suas atuações, trazendo maior eficiência, alargando as suas visões para maiores oportunidades de rendimento, o que traz melhores contributos para a sociedade e definição de políticas ambientais de conservação e não só. Essas têm sido apontadas como algumas das lacunas existentes e que têm dificultado para a definição e implementação de trabalhos mais abrangentes que levem ao reconhecimento das suas contribuições para o desenvolvimento e sustentabilidade dos recursos marinhos. A necessidade desta melhoria na atuação dos trabalhos desenvolvidos pelas ONGs foi apontada, por unanimidade, pelas entidades chave pois consideram que, muitas vezes, existe uma duplicação de esforços e com uma visão muito centrada na conservação dos recursos, como anteriormente referido.

O maior desafio dessas organizações tem sido a sustentabilidade financeira, por forma a implementarem as ações programadas ou almejadas por elas. Tendo já um quadro técnico com conhecimento aprofundado do local de trabalho, muitas vezes também carecem de mais pessoas envolvidas nas ações. Entretanto, a carência financeira, muitas vezes, tem sido um fator limitante para alargar ou diversificar as suas atividades.

Não obstante, as ONGs têm se esforçado em trabalhar em prol da conservação ambiental, muitas vezes voltada para a consciencialização da população sobre os potenciais impactos causados bem como das consequências sofridas pelo homem desta geração e das gerações futuras, que acabam sendo sacrificadas pelas ações ou não tomada de decisões corretas sobre o uso racional dos recursos.

### 5.3 Causas e e consequências da perda da biodiversidade marinha

A WWF publicou em 2014 um relatório sobre a vida no planeta “Living Planet Report”, onde destacou o estado alarmante do mundo natural do qual nossas sociedades e economia dependem. O Índice Planeta Vivo (LPI), que mediu a tendências em 10.380 populações de 3.038 espécies de vertebrados, diminuiu 52% entre 1970 e 2010, em outras palavras, os tamanhos populacionais de mamíferos, aves, répteis, anfíbios e peixes caíram em media pela metade em apenas 40 anos, mostrando que a humanidade continua a tornar insustentável demandas à natureza, ameaçando o bem-estar a longo prazo e a prosperidade. À medida que os ecossistemas diminuem, atendendo às necessidades básicas de uma crescente população humana, a sustentabilidade se tornará um desafio ainda maior. O LPI para populações marinhas, compilado para este relatório, mostra um declínio de 49% entre 1970 e 2012, e isto é baseado nas tendências em 5.829 populações de 1.234 espécies de mamíferos, aves, répteis e peixes, dando uma visão da saúde do oceano.

A populações de peixes, importantíssimas para a segurança alimentar da humanidade, estão em declínio no mundo inteiro e sob risco de colapso total, de acordo com um estudo específico dedicado aos oceanos, divulgado pela Rede WWF em 2015 “*Living Blue Planet Report*” (“Relatório Planeta Azul Vivo”), em que mostra que muitas das atividades que ameaçam os oceanos podem ser evitadas e que existem soluções para resolver este problema.

A mais recente versão do estudo mundial de mamíferos marinhos, aves, répteis e peixes mostra que essas populações foram reduzidas à metade nas últimas quatro décadas, com algumas populações de peixes disponíveis para consumo apresentando declínio de até 75%. As informações dão conta de que este é um problema de todas as nações do mundo, com destaque especial para os países em desenvolvimento (WWF, 2015).

O declínio observado nas populações de peixes é tão real como para outras espécies. Como os ecossistemas marinhos estão intimamente interligados, este declínio pode afetar as teias alimentares marinhas e alterar o funcionamento de todo o ecossistema oceânico (McCauley et al., 2015). O mesmo autor apresenta um número crescente de espécies marinhas ameaçadas em apenas uma pequena fração de espécies marinhas conhecidas avaliadas, onde em muitos casos, há dados insuficientes para conduzir uma avaliação (Figura 5), mostrando que pesquisas e monitoramento

adicionais são urgentes e necessárias em espécies de peixes e invertebrados marinhos, em particular, para determinar os níveis de ameaça (WWF, 2015).

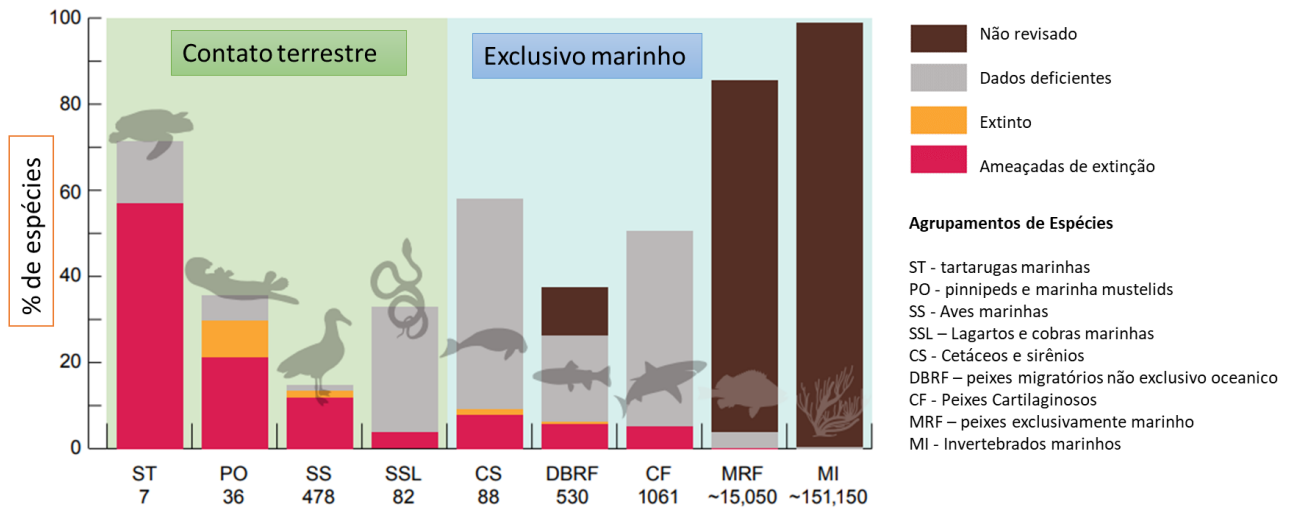


Figura 6 - Espécies marinhas ameaçadas, conforme registrado na Lista Vermelha da UICN (Unidade Internacional para a Conservação da Natureza). (Adaptado de McCauley et al., 2015).

Durante séculos, o homem considerou o oceano como uma inesgotável fonte de alimento e um conveniente local de despejo, muito vasto para ser afetado por qualquer ação que fazemos. Porém, no espaço de apenas algumas décadas, tornou-se cada vez mais claro que o oceano tem limites e que em muitas partes importantes dos nossos mares, os limiares de sustentabilidade foram verdadeiramente violados (WWF, 2015).

Os plásticos (artes de pesca, boias, garrafas, sacos plásticos, balões, plásticos de embalagens, palhinhas, hastes de chupa-chupa, etc.) são atualmente reconhecidos como uma das mais importantes e preocupantes fontes de poluição do meio marinho (Poli et al., 2015) e diz respeito a todos os habitats marinhos, (Barnes et al., 2009), tendo efeito global em toda a biodiversidade. Devido às suas características físicas os plásticos encontram-se amplamente espalhados pelo ambiente marinho (Eriksen et al., 2014). Estes plásticos também têm permitido a dispersão de micro-organismos, algas, invertebrados e peixes, podendo contribuir para a introdução de espécies não-nativas e, potencialmente invasoras, em outras regiões (Eriksen et al., 2014).

Atualmente, há cerca de 5,25 bilhões de partículas de plástico espalhados nos oceanos, pesando cerca de 268 mil toneladas. A grande maioria se encontra entre o Atlântico Sul e Norte, Pacífico Sul e Norte e o Oceano Índico. Existe uma estimativa que em 2050 haverá mais plástico nos oceanos do que peixes devido ao tempo de decomposição dos plásticos no mar, que levam centenas de anos e devido a sobrepesca, tendo um efeito conjunto destes 2 fatores.

Por serem facilmente ingeridos por organismos marinhos, tanto plásticos de maior dimensão como micro plásticos acabam por entrar na cadeia alimentar por ingestão direta ou por bioacumulação, chegando aos humanos pelo mesmo processo quando consumimos alimentos provenientes do mar. Pelo menos 267 espécies marinhas são conhecidas por já terem sofrido, por enredamento, ou ingestão de plásticos, incluindo aves marinhas, tartarugas, cetáceos e peixes (Allsopp et al., 2006). Com os dados apresentados sobre a perda da biodiversidade marinha, são impulsionados pela tendências das ações humanas como a da sobrepesca, indústrias extrativas, o desenvolvimento costeiro e à poluição, as emissões de gases com efeito de estufa que causam a acidificação dos oceanos e do mar e aumento de temperatura, tendo também um impacto cumulativo pois um ecossistema degradado pela poluição e fragmentado por desenvolvimento é provavelmente mais lento para se recuperar dos efeitos da sobrepesca e menos resiliente aos impactos da mudança climática (WWF, 2015).

Os serviços dos ecossistemas são suportados pela biodiversidade que é o que sustenta a humanidade (MAA, 2005), sendo esses serviços de provisão (alimentos, água, remédios), de regulação (proteção contra riscos naturais, regulação do clima, purificação da água), culturais (recreação, valores espirituais, satisfação estética) e de suporte (ciclos de nutrientes, produção primária).

O bem-estar de todas as populações humanas do mundo depende diretamente dos serviços fornecidos pelos ecossistemas (TEEB, 2010), sendo os benefícios a escala local, regional e/ou global, incluindo também as gerações futuras.

Muitas vezes, os valores da Biodiversidade são frequentemente subestimados, não levando em consideração os seus valores patrimoniais, ambientais, sociais, intrínsecos económicos e potenciais.

Alguns bens e serviços associados à biodiversidade de Cabo Verde podem ser compilados em três grupos: o uso para fins económicos, o uso ecológico e para a investigação científica e os usos



culturais tradicionais (Almada et Lopes, 1998. Merino e Berrow, 2004, Moore et al, 2003, Benchimol et al, 2009, Lima, 2009, Benchimol, 2012).

À semelhança dos outros países, a Biodiversidade contribui, de muitas formas, para o bem-estar da população cabo-verdiana.

Calcula-se que as receitas brutas com o ecoturismo na ilha da Boa Vista, que integra a observação de tartarugas marinhas, de baleias, de corais e de aves, tenham sido de 59 milhões de escudos cabo-verdianos em 2012 (BIOS, 2012). A pesca em todo o país emprega diretamente, cerca de 4 389 pessoas (INDP, 2005), constituindo a principal fonte de proteína animal consumida no país, e tem um valor estimado em 1.439 milhões de escudos cabo-verdianos. A atividade contribui igualmente para a geração de riqueza através das exportações, concorrendo para a redução do défice da balança comercial (Merino S., 2005; Silva H., 2011). Uma avaliação recente das capturas realizadas no Complexo de Áreas Marinhas Protegidas de Santa Luzia e ilhéus Branco e Raso permitiu estimar as receitas brutas da pesca artesanal no Complexo em 291 milhões de escudos cabo-verdianos. No total, estima-se em 785 os beneficiários diretos e indiretos (famílias) (FEAPA, 2012). Estima-se que as receitas brutas com as atividades de mergulho e de pesca desportiva sejam superiores a 14 milhões de escudos cabo-verdianos anuais (INDP,2005).

Esses dados estão evidentemente subestimados pois, é considerado apenas o valor de uso direto não tendo sido considerados os valores de uso indireto e os valores de existência desses recursos ambientais que são sobretudo para manter a produtividade e o equilíbrio dos ecossistemas. No caso específico do turismo, não se consegue avaliar o real impacto da atividade na economia do país pela falta de uma conta satélite do setor, dificultando assim o real conhecimento destes valores.

A Biodiversidade marinha e costeira assim como os suportes espaciais dos habitats da flora e fauna respetivos, desempenham um papel importante na manutenção do equilíbrio ecológico dos espaços insulares (Amaral et al, 2005), bem como da produtividade alimentar e ambiental. Na sua função de regulação, as zonas costeiras contribuem para o equilíbrio dos ecossistemas marinhos e costeiros. Por exemplo, os recifes de corais albergam um grande número de endemismos, servindo de refúgio para importantes populações de espécies de demersais e de crustáceos costeiros. De ressaltar que pelas características oceanográficas Cabo Verde não dispõe de verdadeiros recifes de corais, mas sim de comunidades de corais (DNA, 2015). As comunidades de corais, as praias de areia, as costas rochosas têm também a função de proteção da zona costeira contra a erosão e o

efeito nefasto das correntes, representando um relevante suporte para inúmeras espécies de aves, de cetáceos, de tubarões, de moluscos entre outras espécies.

Cabo Verde representa uma área de forte concentração de riqueza em Biodiversidade, de importância mundial, que faz com que seja uma zona privilegiada, não só pela sua função ecológica, mas também pelo elevado potencial em termos de pesquisa científica nos domínios da biologia, da oceanografia, da farmacologia e da medicina (DNA, 2014).

Para a sociedade cabo-verdiana o mar tem um valor histórico, patrimonial, estético e cultural. Ele é uma inspiração, uma oportunidade para a aventura. O mar e os seus recursos, as ilhas, estão onipresentes na história da descoberta do arquipélago e permitiram a sobrevivência das populações, tendo também contribuído para o desenvolvimento do país

(Andrade e Silva, 1996, Correia e Silva, 1991).

A nível nacional, mesmo em menor escala, temos contribuído para a degradação dos recursos naturais marinhos. A pesca ilegal nas épocas de defeso (lagosta e cavala), a exploração sem controle dos invertebrados marinhos (búzios, pepinos do mar), a caça de tartarugas marinhas e aves marinhas, a degradação das zonas costeiras pela ocupação e extração de areia e a poluição são algumas das ações que têm trazido grandes impactos no país. Sendo um pequeno país insular, as consequências são visíveis e sentidas quase que instantaneamente (DNA, 2015).

O acumulo das ações diretas do homem sobre o meio marinho com os efeitos das mudanças climáticas que vem se sentindo ao longo dos anos, têm acelerado os impactos que deixam de ser apenas ambientais, mas também sociais e económicos e cultural, levando a uma desestabilização e um desequilíbrio mundial, e, por conseguinte, ao distanciamento da tão almejada sustentabilidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em setembro de 2015, estiveram reunidos mais de 150 líderes mundiais em Nova York, para adotar formalmente uma nova agenda de desenvolvimento sustentável. Esta agenda foi formada com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com a meta de serem implementadas até 2030. A conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e recursos marinhos foi assim definida como o decimo quarto objetivo para o desenvolvimento sustentável, mostrando ser uma questão importante a nível mundial e que deve ser colocada nas agendas políticas de todos os países.

A necessidade de preservar os oceanos e o uso sustentável dos seus recursos é vital pois cobrem três-quartos da superfície da Terra, contém 97% da água do planeta e representam 99% da vida no planeta em termos de volume. Mundialmente, o valor de mercado dos recursos marinhos e costeiros e das indústrias é de 3 triliões de dólares por ano ou cerca de 5% do PIB (produto interno bruto) global. Os níveis de captura de peixes estão próximos da capacidade de produção dos oceanos, com 80 milhões de toneladas de peixes sendo pescados, a nível global. Os oceanos contêm cerca de 200 mil espécies identificadas, mas os números na verdade devem ser de milhões, absorvem cerca de 30% do dióxido de carbono produzido por humanos, amortecendo os impactos do aquecimento global e são a maior fonte de proteína do mundo, com mais de 3 bilhões de pessoas dependendo dos oceanos como fonte primária de alimentação. A pesca marinha direta ou indiretamente emprega mais de 200 milhões de pessoas e 40% dos oceanos são altamente afetados pelas atividades humanas, incluindo poluição, diminuição dos seus recursos e perda de habitats costeiros (Nações Unidas, 2015).

Prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, acabar com a sobrepesca e a pesca ilegal, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, aumentar o conhecimento científico são algumas das metas que devem ser implementadas pelos países visando a sustentabilidade dos oceanos e seus recursos, vitais para a sobrevivência do planeta e do homem.

Cabo Verde, por ser um país insular e com uma ligação forte com o oceano, ambiental, social e económico, pode engajar fortemente e inserir como prioridade a definição de políticas que visam

a adoção dos ODS 13 e 14 e que considera no desenvolvimento da sua economia azul as questões ambientais e sociais.

Com vista em atingirmos essas metas, o país tem adotado iniciativas nacionais de incentivo para redução do consumo do combustível fóssil, levando assim a diminuição da emissão de gases com efeito de estufa. Também, o país tem trabalhado para reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e as catástrofes naturais, conhecendo os riscos eminentes, informando a população e elaborando estratégias. Ao adotar o Acordo de Paris sobre o clima em 2017, também o país assumiu o compromisso de manter a temperatura média da Terra abaixo de 2 °C, acima dos níveis pré-industriais, além de esforços para limitar o aumento da temperatura até 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais. Este compromisso está traduzido na implementação de políticas de incentivo como referido anteriormente.

Ao definir e priorizar o crescimento económico do país baseado numa economia azul, Cabo Verde mostra-se engajado, almejando um desenvolvimento sustentável pois, a economia azul é um modelo que propõe mudanças estruturais na economia baseado no funcionamento dos ecossistemas, transformando problemas em oportunidades para criar eventuais soluções para a saúde humana, ambiente e economia. Essa tem sido uma das apostas no Governo para a IX Legislatura, uma economia baseada no uso inteligente e aproveitamento total dos recursos naturais e no funcionamento dos ecossistemas sem prejudicá-los.

O oceano e seus recursos são fundamentais para a vida na Terra, pois têm sustentado as economias e empresas e os meios de subsistência e o bem-estar de bilhões de pessoas em todo o mundo. De recifes de coral e manguais a estoques de peixes migratórios, o oceano é rico em capital natural. Esses ativos naturais fornecem um intervalo de bens e serviços dos quais todos nós dependemos. O oceano e seus recursos vivos e não vivos nos beneficia diretamente, fornecendo alimentos, matérias-primas, energia, medicamentos e outros produtos. Quase 3 bilhões de pessoas têm como fonte de proteína animal os peixes recebendo quase 20% de sua ingestão alimentar a partir desta fonte (FAO, 2014) e cerca de 10-12% da população mundial depende da pesca e da aquicultura como meio de subsistência (HLPE, 2014).

O ecossistema marinho também é extremamente importante para recreação e turismo, e é de grande importância cultural e espiritual para comunidades do litoral em todo o mundo. Ela regula nosso clima global e produz metade do oxigênio que respiramos absorve quase um terço das emissões

antropogénicas de CO<sub>2</sub> (IPCC, 2013). Os habitats costeiros protegem as comunidades e cidades costeiras de tempestades e erosão e filtra a poluição e nutrientes terrestres (WWF, 2015).

As ONGs têm um papel crucial para a mudança de paradigma que conduz a sustentabilidade do planeta. Tanto a nível nacional como internacional muito se tem feito, mas os resultados não têm sido suficientes para recuperar o estrago feito ao longo de décadas e isso deve servir como alerta para todas as populações, segundo a Convenção sobre a Biodiversidade onde as metas para se viver em harmonia com a natureza não estão sendo atingidas mesmo com tantos esforços.

Os países e seus governos devem colocar o foco no desenvolvimento de forma sustentável, mas cabe as ONGs o papel de não apenas transmitir as estratégias definidas, mas elevar a consciência da população e dos próprios governantes, levando a construção de um senso crítico que conduz ao uso sustentável dos recursos marinhos.

Com o desenvolvimento deste trabalho, percebemos que o aumento do conhecimento da população do país, sobre a biodiversidade marinha, a necessidade de preservação ambiental, a importância do ecossistema marinho no equilíbrio mundial, tem sido graças ao desenvolvimento dos trabalhos das diversas ONGs que atuam nestas áreas e que serviram de base para a realização desta dissertação. As associações comunitárias que têm elegido a conservação ambiental como uma das suas causas, também têm dado o seu contributo para este aumento de conhecimento.

Estando uma população mais consciente da necessidade de preservar o meio marinho e os seus ecossistemas é notório que a implementação das políticas, estratégias e ações que levam a sustentabilidade, se tornam mais viável, acarretando por vezes, menos custos e trazendo melhores resultados.

As ações desenvolvidas pelas ONGs têm servido para a construção de uma nova geração mais consciente dos impactos das atividades menos amigas do ambiente, trazendo a razão de que há necessidade de uma mudança urgente do nosso modo de vida, preocupando mais com a nossa pegada ecológica.

O trabalho de consciencialização é contínuo, o que se mostra necessário e importante a permanência das ONGs em cada ilha ou localidades.

Não obstante, nota-se uma discrepância entre os impactos das ações implementadas por certas ONGs, por terem maior capacidade de conseguir fundos internacionais, o que os ajuda numa maior divulgação, de forma criativa e exponencial perante a sociedade. Assim, verifica-se ter mais ações de sensibilização, educação ambiental, investigação, entre outras, em ilhas como Fogo, Maio,

Boavista, Sal e São Vicente. Contudo, por existir uma rede de conhecimento entre as ONGs que trabalham na conservação do meio marinho, há uma troca de experiência, auxílio e solidariedade entre elas, apoiando as ONGs com menos possibilidades técnicas e financeiras, por forma a conseguirem atingir os objetivos preconizados de forma comum.

Nas restantes ilhas como Santo Antão, São Nicolau, Santiago e Brava cuja ações são desenvolvidas basicamente nas épocas de desova das tartarugas marinhas, onde o contato com a população é restrita nos meses de junho a outubro, os resultados verificados são menos ambiciosos.

Neste sentido, recomenda-se que as ONGs continuem exercendo o seu papel dentro da sociedade, de forma constante, no sentido de esclarecer a população a ter uma postura consciente perante o ambiente, trazendo a teoria para a prática social e fazendo a diferença para garantir a sobrevivência das gerações futuras. A conectividade que existe entre os três pilares da sustentabilidade necessita ser equilibrada e as ONGs exercem um papel importante para conduzir a esta apreensão, tanto entre a população como entre os decisores.

Estando as ONGs nacionais, com foco na conservação ambiental, a exercer as suas atividades num espaço restrito, sendo ilha ou conselho, faz com que a aproximação com a comunidade seja maior e isso deve refletir nas estratégias escolhidas por cada uma, por forma a atingir o objetivo global que é a conservação dos recursos marinhos e a manutenção do equilíbrio ecológico. Assim, também, vê-se necessário um trabalho contínuo, durante todo o ano, de forma criativa e holística, com a inclusão da temática num contexto social e económico.

As ONGs nacionais têm sim contribuído para a sustentabilidade dos recursos marinhos em Cabo Verde e mundialmente, pois muitas as espécies abrangidas nas suas atuações de conservação são cosmopolitas, se encontram em perigo de extinção ou são vulneráveis e exercem um papel importante na manutenção do equilíbrio mundial.

Para se chegar a sustentabilidade, é necessário fazer o trabalho de base, e a consciencialização da população é um dos trabalhos de base que as ONGs têm feito ao longo destes últimos anos.

A sustentabilidade é uma construção continua onde todos são chamados para darem o seu contributo e fazer a sua parte, a população, as ONGs, o sector privado e o Governo.

## Referências Bibliográficas

- Abella, E. (2010). Factores ambientales y de manejo que afectan al desarrollo embrionario del la tortugal marina *Caretta caretta*. Implicaciones en Programas de incubacion controlada. Universidad de las Palmas de Gran Canaria Doctoral *tesis*. Disponível em: <http://tinyurl.com/b5o5j47>
- Afonso, C. M., & Tenorio, M. J., (2014). Recent findings from the islands of Maio and Boa Vista in the Cape Verde archipelago, West Africa: Description of three new *Africonus* species (Gastropoda: Conidae). *Xenophora Taxon*.
- Alder; Ziglio (1996) A Avaliação do Desenvolvimento Socioeconomico, Manual Técnico II: Métodos e Técnicas, Analise de Informação: Inquerito Delphi
- Allsopp, M., Walters, A., Santillo, D., Johnston, P., (2006). Plastic Debris in the World's Oceans Greenpeace.
- Almada E.et J. Lopes J. (1998). A diversidade Biológica de Cabo Verde- Análise e Hierarquização das pressões humanas sobre a Biodiversidade marinha e identificação das prioridades para a sua conservação e utilização sustentável, INDP. 1-60.
- Almada, C., (2015). Estudio florístico y ecológico de las algas bentónicas del Archipiélago de Cabo Verde. Universidade Gran Canarias.
- Almeida C., Lopes E.P., Silva O. (2014) *Plano Naciona de Gestão e conservação dos Corais*. Direcção Geral do Ambiente, Praia, Cabo Verde.
- Amaral, A.C.Z., JABLONSKI S (2005), Conservação da biodiversidade marinha e costeira no Brasil.
- Andrade, Elisa (1996): As ilhas de Cabo Verde. Da Descoberta à Independência Nacional, Paris: Edições L'Harmattan
- Barnes, D. K. A., Galgani, F., T.; R. C. & Barlaz, M. (2009) Accumulation and fragmentation of plastic debris in global environments
- Beare, D. J., Burns, F., Greig, A., Jones, E.G., Peach, K., Kienzle, M., McKenzie, E. and Reid, D. G. (2004a) Long-termincreases in prevalence of North Sea shes having southern biogeographic anities.
- Benchimol C, (2012), Aménagement des espaces insulaires et Biodiversité: la gestion des Aires protégées littorales et marines au Cap Vert. Thèse de doctorat. GéoSUDS (UMR IDEES), Département de Géographie, Université de Rouen.
- Benchimol C., CY. Rocha CY,R. Medina R, and M Lesourd M. (2009b). La gestion des ressources marines et côtières au Cap Vert: Évolution du cadre législativo et institutionnel. paper présenté au I Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde.APDR., 6 a 11 Julho 2009.
- Berchez, F. A. S., Oliveira Filho, E. C., Amâncio, C. E., & Ghilardi, N. P. (2008). Possíveis impactos das mudanças climáticas globais nas comunidades de organismos marinhos bentônicos da costa brasileira. In M. Buckeridge (Ed.), *Biologia & Mudanças Climáticas no Brasil* (pp. 167-180).
- BIOS. (2011). Relatório Ecoturismo Tartarugas.
- BIOS. 2011. Relatório Ecoturismo Tartarugas. 12 p
- Cabral, E. de S. (2007), Terceiro setor. Gestão e controle social. São Paulo: Saraiva,
- Calado, E; Bentz, J; Ng<sup>a</sup>, K; Zivian, A; Schaefer, N; Pringle, C; Johnson, D; Phillips, M. (2012). NGO involvement in marine spatial planning: A way forward.

- Callum M. R.; Colin J. M.; John E. N. V.,<sup>3</sup> Julie P. H., Gerald R. A.; Don E. M.; Cristina G. M.;<sup>4</sup> Frederick W. S.; Mark S.; Fred W.; Carly V.; Timothy B. W. (2002) Marine Biodiversity Hotspots and Conservation Priorities for Tropical Reefs
- Castello J. P., (2007), Gestão sustentável dos recursos pesqueiros, isto é realmente possível? Convention of Biological Diversity (CBD), 2009. Connecting Biodiversity and Climate Change Mitigation and Adaptation: Report of the Second Ad Hoc Technical Expert Group on Biodiversity and Climate Change. CBD Technical Series 41, Montreal, Canada.
- Correia E Silva, A.L. 1991. Espaço, Ecologia e Economia Interna
- Cossignani, T., & Fiadeiro, R. (2014). Quattro nuovi conchi da Capo Verde. *Malacol. Mostra Mondiale*.
- Creed, J. C., Engelen, A. H., Bandeira, S., & Serrão, E. A. (2016). First record of seagrass in Cape Verde, eastern Atlantic. *Marine Biodiversity Records*.
- Dias, R. C. B. (2007) Metodo Delphi: Uma descrição de seus principais conceitos e características
- Dias, Reinaldo. (2003). Planejamento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas,
- Direção Geral do Ambiente, (2018). Resultados campanha de Conservação de Tartarugas Marinhas em Cabo Verde 2017,
- Direção Nacional do Ambiente, (2014). Plano Nacional de Gestão e Conservação de Corais.
- Direção Nacional do Ambiente, (2015). 6º Relatório sobre o Estado da Biodiversidade
- Direção Nacional do Ambiente, (2015). Plano Nacional de Conservação de Cetáceos.
- DNA (2017) Relatório Nacional da Companhia de Proteção das Tartarugas Marinhas de Cabo Verde
- Douglas J. McCauley, Malin L. Pinsky, Stephen R. Palumbi, James A. Estes, Francis H. Joyce, Robert R. (2015). Warner Marine defaunation: Animal loss in the global ocean,
- Eriksen, M., Lebreton, L.C.M., Carson, H.S., Thiel, M., Moore, C.J., Borerro, J.C., Galgani, F., Ryan, P.G., Reisser, J., (2014). Plastic Pollution in the World's Oceans: More than 5 Trillion Plastic Pieces Weighing over 250,000 Tons Afloat at Sea.
- FAO (1995) O Código de Conduta da FAO para uma Pesca Responsável
- FAO, (2014). The State of World Fisheries and Aquaculture Opportunities and challenges, Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome, 2014
- FAO, (2017). <sup>1</sup><http://www.fishbase.org/search.php>
- FEAPA (2012). Avaliação socioeconômica do Plano de Gestão das Pescas e do Plano de Gestão do Complexo de Áreas Protegidas de Santa Luzia e Ilhéus Branco e Raso: Estudo preliminar sobre o impacto socioeconômico dos Planos nos pescadores artesanais do Complexo de Áreas Protegidas de Santa Luzia, Ilhéus Branco e Raso.
- Fernandes, R. C. (2005). O que é o terceiro setor? In: IOSCHPE, E. et al. 3º Setor. Desenvolvimento Social Sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Fonseca, G. (2003). Conservation Science and NGOs.
- Frasson, I. (2001) Critérios de Eficiência, Eficácia e Efetividade Adotados pelos Avaliadores de Organizações Não-Governamentais Financiadoras de Projetos Sociais. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.
- Freitas, R. (2014). The coastal ichthyofauna of the Cape Verde Islands: a summary and remarks on endemism. *Zoologia Caboverdiana*.
- Garzoni E. C., (2007). PODER E PARTICIPAÇÃO NA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL: as Oficinas de Educação Ambiental do Corredor de Biodiversidade Miranda – Serra da Bodoquena/MS/Brasil



- Garzoni E. C., (2013). Organizações Não Governamentais E Conservação Ambiental: Estratégias Geopolíticas.
- Getão, E. (2012). Administração de Organização do Terceiro Sector
- Gonçalves, J. (2006) Terceiro Sector, Redes e Espaço Geográfico
- Gonçalves, M.L.S. (2013) Estados Pós-Coloniais na África e a Institucionalização de Políticas Ambientais: Derivas e Importações de Políticas em Cabo Verde. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR). Faculdade de Ciências Económicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Brasil.
- Gonzalez, J. A., Triay-Portella, R., Martins, A., & Lopes, E. (2017). Checklist of brachyuran crabs (Crustacea: Decapoda) from the Cape Verde Islands, with a biogeographic comparison with the Canary Islands (Eastern Atlantic). *Cah. Biol. Mar*, 58, 137-151. DOI: 10.21411/CBM.A.6C592127
- Groh, K. (1983). Revision der Land-und Süßwassergastropoden der Kapverdischen Inseln. *Archiv für Molluskenkunde*, 113(1-6).
- Hazevoet, C. J., Gravanita, B., López Suárez, P., & Wenzel, F. W. (2011). Seasonality of humpback whale *Megaptera novaeangliae* (Borowski, 1781) records in Cape Verde seas: evidence for the occurrence of stocks from both hemispheres. *Zoologia Caboverdiana*.
- Hazevoet, C.J., (2010). Sixth report on birds from the Cape Verde Islands, including records of 25 taxa new to the archipelago. *Zoologia Caboverdiana 1: 344*. Disponível em: <http://www.scvz.org/zoolcv/Zoologia%20Cabo-verdiana%20Vol.%201%20No.%201%20complete%20issue.pdf#page=5>
- Hazevoet, C.J., (2012). Seventh report on birds from the Cape Verde Islands, including records of nine taxa new to the archipelago. *Zoologia Caboverdiana 3: 128*. Disponível em: <http://www.scvz.org/zoolcv/vol5no1/Hazevoet%208th%20CV%20Bird%20Report.pdf>
- Heithaus, M.R., Frid, A., Wirsing, A.J. and Worm, B. (2008). Predicting ecological consequences of marine top predator declines.
- Hlpe, (2014). Food losses and waste in the context of sustainable food systems. A report by the high level panel of experts on food security and nutrition of the committee on world food security, Rome 2014. Hlpe, 2014
- INDP (2005). Censo da frota da pesca artesanal do ano de 2005. Mindelo: INDP
- INMG (2018) 3ª Comunicação Nacional sobre as Mudanças Climáticas
- IPCC, (2013). Summary for Policymakers. In: *Climate Change 2013: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change* [Stocker, T.F., D. Qin, G.-K. Plattner, M. Tignor, S.K. Allen, J. Boschung, A. Nauels, Y. Xia, V. Bex and P.M. Midgley (eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA.
- IPCC, 2001a: *Climate Change 2001: The Scientific Basis. Contribution of Working Group I to the Third Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change* [Houghton, J.T., et al. (eds.)].
- Jacobi P. R., Grandisoli E., Coutinho S. M. V., Maia R. A., Toledo R. F., (2015) Temas atuais em mudanças climáticas: para os ensinamentos fundamental e médio.
- Jeffrey, D.W, (2001) The roles of environmental non-governmental organisations in the twenty-first century.

- Laloë, J. O., Cozens, J., Renom, B., Taxonera, A., & Hays, G. C. (2017). Climate change and temperature-linked hatchling mortality at a globally important sea turtle nesting site. *Global change biology*, 23(11), 4922-4931.
- Leyens, T., & Lobin, W. (1996). *Primeira lista vermelha de Cabo Verde*. Senckenbergische Naturforschende Gesellschaft. 193. Frankfurt a. M.
- LIARA Laís Scheid, L. L, Mafalalda, M. P, Mirian, Pinheiro P, (2010) O Papel das Organizações Não Governamentais – ONGSONGS para a divulgação da imagem turística do Brasil Universidade do Valale do Itajaí – UNIVALALI.
- Lima L. (2009). Os desafios da gestão costeira em Cabo Verde. Paper apresentado no I Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde. APDR., 6 a 11 Julho 2009.
- Lopes, E. P. (2010). Recent data on marine bivalves (Mollusca, Bivalvia) of the Cape Verde Islands, with records of six species new to the archipelago. *Zool Caboverdiana*. Disponível em: <http://www.scvz.org/zoolcv/vol1no1/Lopes%20CV%20bivalves.pdf>
- López-Suárez, P., Oujo, C., Acre, M., & Hazevoet, C. J. (2012). A stranding of pygmy killer whale *Feresa attenuata* Gray, 1874 on Boavista during February 2012: first record for the Cape Verde Islands. *Rostrum*.
- Machado, P. (2006). Direito Ambiental Brasileiro
- Martínez-Garrido, J., Creed, J. C., Martins, S., Almada, C. H., & Serrão, E. A. (2017). First record of *Ruppia maritima* in West Africa supported by morphological description and phylogenetic classification. *Botanica Marina*, 60(5).
- Mauri G., (2013). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA Organizações Não Governamentais e Desenvolvimento Análise do trabalho de algumas ONG em Moçambique.
- McCaughey D. J., Pinsky M. L., Palumbi S. R., Estes J. A., Joyce F. H., Warner R. R., (2015). Marine defaunation, Animal loss in the global ocean, *Marine Conservation*, 2015
- Menegosso, M. E. (2001) Responsabilidade Social das Empresas: Um Desafio para o Serviço Social
- Merino S.E and Berrow SD, (2004). Marine Eco-tourism in Cape Verde, its potential for sustainable development and conservation of marine biodiversity. In: Anon. Proceedings of the 5th Fauna and Flora of Atlantic Islands conference. Dublin.
- Milaré, Edis; Rocha L. F. T. (2006) . O papel do terceiro Setor na Proteção Jurídica do Ambiente,
- Moore M, Steiner L, and Jann B (2003). Cetacean survey in the Cape Verde Islands and the use of cookiecutter shark bite lesions as a population marker for fin whales. *Journal of Aquatic Mammals*.
- Nalalinakumari B; MacLean, R., (2005). NGOs: Organizations That Are Setting the Next Generation of “Regulations”,
- Pastor, O. T. et Martins. A. (2010). Recomendações de gestão das pescarias de Cabo Verde: Biénio 2009-2010
- PEDS (2018) Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde
- Peters, H., O’Leary, B. C., Hawkins, J. P., & Roberts, C. M. (2016). The cone snails of Cape Verde: Marine endemism at a terrestrial scale. *Global Ecology and Conservation*.
- Piacentini P., 2019, Ciência para o desenvolvimento sustentável dos oceanos
- Pignatti, M. G. (2005). As ONGs e a política ambiental nos anos 90. Um olhar sobre Mato Grosso. São Paulo: Annablume; Universidade Federal de Mato Grosso; Instituto da Saúde Coletiva.,
- Plataforma das ONGs (2015) Estudo Diagnóstico das ONGs de Cabo Verde
- Plataforma das ONGs de Cabo Verde, (2015). Guia das ONGs

- Plataforma das ONGs, (1999) Enquadramento Jurídico das ONG'S e Cabo Verde.
- Plataforma das ONGs, (2009). Guia das ONGs de Cabo Verde,
- Poli, C., Mesquita, D.O., Saska, C., Mascarenhas, R., (2015). Plastic ingestion by sea turtles in Paraíba State, Northeast Brazil. *Iheringia. Série Zool.*
- PRICEN, T.; FINGER, M. (1996). *Environmental NGOs in world politics*. London: Routledge.
- Prud'homme van Reine WF, Haroun RJ, Kostermans LBT (2005). Checklists on seaweeds in the Atlantic Ocean and in the Cape Verde Archipelago. IV Simpósio Fauna e Flora das Ilhas Atlânticas. Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas.
- Quadros, A., (2007). *EDUCAÇÃO AMBIENTAL: INICIATIVAS POPULARES E CIDADANIA* (Monografia apresentada ao curso de Especialização de Pós- Graduação em Educação Ambiental, da Universidade Federal de Santa Maria(UFSM).
- Ramírez F1, Afán I2, Davis LS3, Chiaradia A4. (2017) Climate impacts on global hot spots of marine biodiversity.,
- Reilly, S.B., Bannister, J.L., Best, P.B., Brown, M., Brownell Jr., R.L., Butterworth, D.S., Clapham, P.J., Cooke, J., Donovan, G.P., Urbán, J. & Zerbini, A.N. (2008). *The IUCN Red List of Threatened Species*.
- Relatório Anual da Cadernos Técnicos PROCIV, (2010). Riscos Costeiros – Estratégias de prevenção, mitigação e protecção, no âmbito do planeamento de emergência e do ordenamento do território, Autoridade Nacional de Protecção Civil.
- Rendall A., Araújo S., (2018) II Relatório Sobre A Biodiversidade e Mudanças Climáticas em Cabo Verde,.
- Robinson, S; Turnbull, J; Lovelock, C. (2005) Impact of changes in natural ultraviolet radiation on pigment composition, physiological and morphological characteristics of the Antarctic moss, *Grimmia antarctici*
- Rodrigues, C. P., (1998). Demandas sociais versus crise de financiamento: o papel do terceiro setor no Brasil.
- Rolán, E., & Groh, K. (2005). *Malacological Fauna from the Cape Verde Archipelago: ConchBooks*.
- Roque, R. F. (1998) *Estudo Comparativo de Metodologias de Desenvolvimento de Sistemas de Informação Utilizando a Técnica Delphi*
- Ryan, C., McHugh, B., Boyle, B., McGovern, E., Bérubé, M., Lopez-Suárez, P., ... & Clapham, P. J. (2013). Levels of persistent organic pollutants in eastern North Atlantic humpback whales. *Endangered Species Research*.
- Ryan, C., Wenzel, F. W., López-Suárez, P., & Berrow, S. (2014). An abundance estimate for humpback whales *Megaptera novaeangliae* breeding around Boa Vista, Cape Verde Islands. *Zoologia Caboverdiana Journal*
- Scarpelli M. B. G., (2004). Terceiro setor e a responsabilidade social, Universidade Federal de Santa Catarina (centro sócio-econômico departamento de serviço social trabalho de conclusão de curso).
- Sicsú J., et CASTELAR A., (2009). *Sociedade e Economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA.
- Silva H. 2011. Pesca artesanal em Cabo Verde: arte de pesca linha-de-mão. Dissertacao de Mestrado em Biologia Marinha Universidade de Aveiro.
- Soest, R. V. (1993). Affinities of the marine Demosponge fauna of the Cape Verde Islands and tropical West Africa. CFS. Courier Forschungsinstitut Senckenberg.

- Tariche, O. (2013). The coastal fishes of the Cape Verde Islands—new records and an annotated check-list. *Spixiana*.
- Taylor, B.L., Baird, R., Barlow, J., Dawson, S.M., Ford, J., Mead, J.G., Notarbartolo di Sciara, G., Wade, P. & Pitman, R.L. (2011). The IUCN Red List of Threatened Species: e.T9249A12972356. <http://dx.doi.org/10.2305/IUCN.UK.2011-2.RLTS.T9249A12972356.en>. Downloaded on **12 September 2017**.
- Taylor, B.L., Baird, R., Barlow, J., Dawson, S.M., Ford, J., Mead, J.G., Notarbartolo di Sciara, G., Wade, P. & Pitman, R.L. (2013). The IUCN Red List of Threatened Species 2013: e.T15421A44220470. <http://dx.doi.org/10.2305/IUCN.UK.2013-1.RLTS.T15421A44220470.en>. Downloaded on **12 September 2017**
- Taylor, B.L., Baird, R., Barlow, J., Dawson, S.M., Ford, J.K.B., Mead, J.G., Notarbartolo di Sciara, G., Wade, P. & Pitman, R.L. (2012). The IUCN Red List of Threatened Species 2012: e.T9461A17386190. <http://dx.doi.org/10.2305/IUCN.UK.2012.RLTS.T9461A17386190.en>. Downloaded on **12 September 2017**.
- TEEB, (2010). The Economics of Ecosystems and Biodiversity: The Ecological and Economic Foundations
- Tenorio, M. J., Afonso, C. M. L., Cunha, R. L., & Rolán, E. (2014). New species of *Africonus* (Gastropoda, Conidae) from Boa Vista in the Cape Verde Archipelago: Molecular and Morphological Characterization. *Xenophora Taxon*, .
- The Worldwatch Institute. State of the world 2014: Governing for Sustainability, 2014.
- Torda, G., López, P., & López-Jurado, L. F. (2010). First records of Fraser's dolphin *Lagenodelphis hosei* for the Cape Verde Islands.
- Tristão V. T. V., Tristão J. M. A., 2016, A Contribuição Das Ongs Para A Educação Ambiental: Uma Avaliação Da Percepção Dos Stakeholders
- Turra, A., Croquer A., Carranza A., Mansilla A., (2013) Global environmental changes: setting priorities for Latin American coastal habitats. *Global Change Biology* (Print), 19(7): 1965-1969.
- Van Waerebeek, K., Djiba, A., Krakstad, J. O., Bilal, A. S. O., Bamy, I. L., Almeida, A., & Mbye, E. M. (2013). New evidence for a South Atlantic stock of humpback whales wintering on the Northwest African continental shelf. *African Zoology*.
- Weishampel, J. F., Bagley, D. A., & Ehrhart, L. M. (2004). Earlier nesting by loggerhead sea turtles following sea surface warming. *Global Change Biology*, 10(8), 1424-1427.
- Wenzel, F., & López-Suárez, P. (2012). What is known about cookiecutter shark (*Isistius* spp.) interactions with cetaceans in Cape Verde seas. *Zool Caboverdiana*.
- Widdicombe, S.; Spicer, J. I. (2008). Predicting the impact of ocean acidification on benthic biodiversity: What can animal physiology tell us? *Journal of Experimental Marine Biology and Ecology*, 366 (1–2): 187–197.
- Wirtz, P., Brito, A., Falcon, J. M., Freitas, R., Fricke, R., Monteiro, V.,
- WWF (2015). Living Blue Planet Report Species, habitats and human well-being, World Wildlife Fund.

Sites consultados:

<https://jus.com.br/artigos/30519/o-papel-das-organizacoes-nao-governamentais-na-protecao-do-direito-fundamental-ao-meio-ambiente-ecologicamente-equilibrado> (visitado a 02/07/2018)

<https://www.platONGs.org.cv/> (visitado a 02/03/2018)

<https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/> (visitado a 19/3/2019)

<https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/amp/> (visitado a 19/03/2019)

<https://www.suapesquisa.com/ecologiasaude/sustentabilidade.htm> (visitado a 20/04/2019)

<https://www.scvz.org/cverde.html> (visitado em Abril 2019) (visitado a 20/04/2019)

## Anexos

### Anexo 1 – Questionário para as ONGs que atuam na área da conservação dos recursos marinhos em Cabo Verde

Este questionário insere-se no âmbito da elaboração da Dissertação do mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela UniCV.

Estima-se ser preenchido em 15 minutos

Este questionário destina-se a ONG \_\_\_\_\_

Questões:

1. Qual o âmbito de atuação específica da ONG?

Espécies/ecossistemas:

---

---

2. Qual a sua área de intervenção?

---

---

3. Porquê?

---

---

---

---

4. Desde quando tem atuado nesta área?

---

5. Quais os objetivos específicos atualmente da ONG na área da conservação dos recursos marinhos?

---

---

---

6. A ONG atua em outras áreas? Quais?

---

---

7. Qual a perceção que tem do Estado com relação a vossa atuação?

Muito boa/Boa/Má/Indiferente

8. Porque? Algum motivo específico?

---

---

---

9. Qual a perceção que tem a população (local/regional/nacional) com relação a vossa atuação?

Muito boa/Boa/Má/Indiferente

10. Porque? Algum motivo específico?

---

---

---

---

11. Conhece a política nacional sobre a conservação dos recursos marinhos em Cabo Verde?

Quais?

---

---

---

12. Quais instrumentos estratégicos nacional aprovados em Cabo Verde que é do vosso conhecimento?

Acordo de Pesca: sim \_\_\_\_\_ não \_\_\_\_\_

Lei de proteção da Fauna e Flora: sim \_\_\_\_\_ não \_\_\_\_\_

Planos de Conservação das Espécies: sim \_\_\_\_\_ não \_\_\_\_\_

Quais? \_\_\_\_\_

Programa do Governo par a conservação Marinha: sim \_\_\_\_\_ não \_\_\_\_\_

Outros: \_\_\_\_\_

13. Estão de acordo com estas estratégias nacionais definidas pelos sucessivos Governos?

Sim/Não/Indiferente

14. Quais destas estratégias são seguidas pela ONG?

---

---

---

15. Porque?

---

---

---

16. Tem a colaboração de alguma organização nacional que trabalha na área de conservação dos recursos marinhos do país?

Sim/não

17. Qual/quais?

---

---

---

18. Conhece alguma outra ONG que trabalha no mesmo domínio que a sua? Quais?



---

---

---

19. Como avalia a sua atuação perante o desenvolvimento sustentável dos recursos marinhos em Cabo Verde?

---

---

---

20. Quais os progressos tidos neste âmbito marinho que foi incluído ou fez parte?

---

---

---

---

---

21. O que tem planeado como próximas ações da ONG?

---

---

---

---

---

22. Quer acrescentar alguma informação que ache pertinente?

---

---

---

---

**Este questionário é anónimo e confidencial**

**Data:** \_\_\_\_\_

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**Agradecida pela colaboração**

## Anexo 2 – Questionário para os sectores chaves

Este questionário insere-se no âmbito da elaboração da Dissertação do mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela UniCV

Estima-se ser preenchido em 15 minutos

### Entrevistas com pessoas chaves (anonimo)

1. Qual a área de atuação da organização/instituição representa?

---

---

2. Quantas ONGs que trabalham no domínio da conservação dos recursos marinhos que conhece?

---

---

3. Quantas dessas ONGs acha que são relevantes na implementação das políticas de conservação dos recursos marinhos?

---

---

4. Porquê?

---

---

---

5. Considera que as ONGs têm as suas próprias estratégias de atuação?

---

---

6. As ações desenvolvidas por estas associações têm contribuído para a sustentabilidade dos recursos marinhos no país?

---

---

---

7. Há necessidade de alargar os seus trabalhos/atuações visando a conservação dos recursos marinhos?

8. Como tem sido a colaboração entre a sua instituição e essas ONGs? Existem parcerias/protocolos? Como funcionam?

---

---

9. Pensa que pode ser melhorada? Em que sentido?

---

---

10. Existem recursos disponíveis para apoiar estas ONGs?

---

---

11. Já financiou ou tem financiado alguma ONG nesta área específica? Pode estimar em quanto?

---

---

---

12. Alguma vez a sua instituição realizou ações de capacitação para essas associações, neste domínio específico?

---

---

---